

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

19 a 25 de agosto de 1991-nº 02

FRELIMO DÁ LUZ VERDE A AÇÕES MILITARES (Moçambique)

Um dos resultados do VI Congresso da Frelimo poderá ser um inesperado en-durecimento da linha partidária perante a Renamo, traduzido numa nova tentativa de chegar a uma solução militar da guerra, que já dura há 15 anos. Isto poderia surgir como resultado da intransigência dos rebeldes nas negociações de paz atualmente interrompidas, mais uma vez, em Roma. Sinais dados pela administração norte-americana também mostraram uma clara perda de paciência com a Renamo, ao apresentar uma proposta de aumento da ajuda para o treino de oficiais do exército governamental. A opinião pública na capital, entretanto, está considerando as concessões já feitas pelos negociadores governamentais como "demasiado flexíveis." (p.24).

A FRELIMO À PORTA FECHADA FRELIMO DEBATE ESTATUTOS (Moçambique) FRELIMO PELA DEMOCRACIA

Os três artigos abordam o VI Congresso da FRELIMO, que está sendo realizado em Maputo, a portas fechadas. Os principais pontos debatidos foram a corrupção, a guerra e os esforços para a normalização da vida do país, além da autocrítica do Comité Central, que reconheceu a grave situação econômica do país [um terço da população vive abaixo do nível da pobreza absoluta, três milhões vivem deslocados], e mencionou a flexibilidade do governo nas negociações de paz, que não encontra contrapartida na Renamo. Esta atacou no sábado, 10/08, a vila de Chibuto, causando 41 mortes, 89 feridos na população civil, além de 28 civis terem sido raptados, segundo a Rádio Moçambique. A FRELIMO, em sua nova proposta de programa, defende o socialismo democrático e afirma que irá filiar-se brevemente à

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS -
CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e
Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

à Interafricana Socialista e Democrática ligada à Internacional Socialista. (p.25).

SUCESSO ECONÔMICO DA ÁFRICA DO SUL DEPENDE DA DEDICAÇÃO DO EMPRESARIADO

Cyril Ramaphosa, recém eleito secretário geral do ANC, negou que seu movimento venha a proceder as massivas estatizações, ou a uma redistribuição de renda através de medidas punitivas, no caso do ANC assumir o poder. Falando a uma delegação de empresários da Câmara do Comércio Anglo-Sul-africana, Ramaphosa, ex-dirigente sindicalista, afirmou ainda que o ANC divulgará o seu programa econômico, que satisfará os empresários, até o fim do ano. Ramaphosa criticou a "deslealdade" de grupos que exportam capital, como o da Anglo-American. (p.29).

AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS PODERIAM VIR A ASSOCIAR-SE À CONDUÇÃO DO ESTADO (África do Sul)

Não sendo ainda exatamente o "governo interino" exigido há algumas semanas pelo ANC, uma espécie de partilha de poder com a maioria negra é a proposta de um documento oficial sul-africano, divulgado pela imprensa, em 18 de agosto. Segundo o mesmo, serão estabelecidas "comissões de paz" a nível nacional, cuja filiação incluirá o ANC, o partido Inkatha, e o Partido Nacional, atualmente no poder. A comissão nacional terá, ainda, um secretariado permanente e direitos de supervisão sobre as forças de segurança. (p.39).

MPLA DESENCADEIA OFENSIVA ELEITORAL; A BATALHA DO ABASTECIMENTO (Angola)

O esforço de recuperação econômica desencadeado neste pós-guerra pelo governo do MPLA está assustando a Unita, que identifica isso como manobra eleitoral. Desejosa de também se beneficiar dessa situação, a Unita quis participar do Gabinete de Investimentos Estrangeiros, o que lhe foi negado, pois que não aceitou participar de um governo de transição. A presença da Unita nesse Gabinete favoreceria, desde logo, a influência sul-africana na economia de Angola. Entretanto, a Unita já "derramou" (fora dos circuitos bancários) mais de um milhão de dólares, no começo de sua campanha eleitoral.

Estão em marcha investimentos estrangeiros de um bilhão de dólares para abastecimento da população angolana. Numerosas obras de infra-estrutura estão sendo realizadas, e a abertura à iniciativa privada se estende até ao ensino, sobretudo religioso. "Estamos assistindo a uma maratona de votos e o voto alimentar pode ser decisivo", comentou um opositor.

A Igreja Católica, muito influente, mantém-se equidistante, ainda esperando uma terceira força (pp.8, 10; ver também pp.1, 5 e 13).

POLÍCIA POLÍTICA REPRIME MANIFESTAÇÕES (Guiné-Bissau)

A manifestação dispersada era da FD-Frente Democrática [uma dos partidos da oposição], e o motivo foi a decisão do Supremo Tribunal de suspender, sem

explicações, o processo de legalização do partido.

O presidente Nino Vieira admitiu recentemente a "antecipação" das eleições, ainda sem data marcada.

Os signatários da "carta dos 121" — militantes que exigem uma renovação no PAIGC —, desejam o diálogo com os outros partidos e se preparam para o próximo Congresso do PAIGC, em novembro. (p.14).

EXILADOS PODEM REGRESSAR (África do Sul)

Um acordo, firmado em meados de agosto entre a ONU e o governo sul-africano, definiu as regras que balizarão o retorno dos exilados políticos, estimados em 40.000. Embora uma anistia geral deste tipo fosse uma das exigências do ANC [nos termos da Declaração de Harare], esta organização evitou fazer comentários, por não ter participado da elaboração do documento. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados irá supervisionar a repatriação dos exilados, dispersos por cerca de 40 países [inclusive uns poucos no Brasil]. (p.35).

NOVO PRIMEIRO-MINISTRO É FERNANDO VAN DUNEN (Angola)

Foi criada a Comissão Permanente do Conselho de Ministros, um "gabinete restrito", presidido pelo chefe de Estado, o presidente José Eduardo dos Santos. A comissão visa "facilitar a tomada de decisões governamentais sobre questões prioritárias." Houve também substituições de cargos em vários ministérios. (p.02).

ANGOLA: PRIVATIZAÇÃO DAS FAZENDAS DE CAFÉ

Dentro do processo de liberalização econômica, o Governo do MPLA vai privatizar as 30 maiores fazendas de café, estatizadas logo após a independência. O objetivo é recuperar a posição de Angola como um dos maiores produtores mundiais. [era o quarto produtor mundial, em 1974]. Segundo o ministro do Café, Faustino Muteka, a venda será aberta a angolanos, a estrangeiros e a membros da UNITA. (p.02).

"O POVO ANGOLANO DEVE MANDAR"

—entrevista com o líder histórico da FNLA — Frente Nacional de Libertação de Angola.

Prestes a retornar a Angola, Holden Roberto se mostra cético quanto ao acordo de paz MPLA — Unita, e advoga uma conferência nacional de todos os partidos que defina um quadro institucional favorável à democracia. Ele reclama o impedimento de legalização do FNLA devido a declarações de um seu dirigente, que reconheceu que a Frente mantinha "seis mil homens armados." (p.03)

PRESIDENTE OU PADRE? (Angola)

Trechos da carta de um leitor ao jornal Público: "Porque é que políticos angolanos ateus namoram agora a Igreja? (...) Porque é que Santos Lima [presidente do MUDAR, v. clipping nº 1, p.02], que há uns meses falava de 'socialismo democrático' (...), agora diz estar na área social cristã? (...) Por isto: a Igreja Católica tem força, arrasta quase metade da população (...). (p.4).

SUSPEITA DE MORTES AMEAÇA PAZ ANGOLANA

A UNITA acusa o MPLA de ser responsável pelo desaparecimento de elementos do seu partido, que teriam sido capturados pelo governo. Esta situação causa apreensão junto aos grupos internacionais de fiscalização do processo de paz, que temem pela ampliação de tais protestos. Este fato talvez seja responsável pelo adiamento da entrada de Savimbi em Luanda. No entanto, existe a possibilidade de se tratar de uma estratégia para denegrir a imagem do MPLA antes da sua chegada.

Quanto à visita de Cavaco e Silva, só a necessidade de se adiantar à diplomacia de outros países justificará uma viagem oficial a Angola, em pleno período de campanha eleitoral em Portugal. Existem rumores de que a França estaria financiando a criação de novos partidos por angolanos até pouco tempo residentes em solo francês. (p.06).

O "LIVREIRO DA ESPERANÇA" (Angola)

Entrevista de Ricardo Manuel, gerente da Livraria Lello, a mais tradicional de Luanda. Ele relembra o famoso livreiro Felisberto Lemos, expulso de Angola em 1977, e afirma: "Em Luanda há a fúria de ler, mas as livrarias estão quase vazias, apenas alimentadas pelas edições da União dos Escritores Angolanos." E acrescenta: "Um romance como Mayombe, de Pepetela, ou os clássicos de Luandino Vieira já venderam calmamente 100 mil exemplares." (p.7).

SOLDADOS RECOLHEM AOS QUARTÉIS (Angola)

O Governo angolano e a UNITA concluíram um acordo sobre os novos locais onde as tropas da UNITA ficarão acantonadas, visto que os locais inicialmente escolhidos pelo movimento de Jonas Savimbi eram inacessíveis à logística e à verificação. Com o acantonamento das tropas será possível estender a administração central a todo o território, o que tem sido a principal reivindicação do governo (p.09).

CENTRALCER VOLTA À ÁFRICA
ANGOSAT RECEBE CRÉDITO FRANCÊS (Angola)
INDÚSTRIA ANGOLANA QUER 700 MILHÕES

As três matérias tratam do relançamento das atividades industriais. A

Centralcer (Central de Cervejas) estuda as diferentes hipóteses de reinstalação em Angola; a Caixa Central de Cooperação Econômica, organismo do Estado Francês, concedeu à Angosat um crédito de 190 milhões de francos para a construção de um sistema seguro de comunicações entre Luanda e as províncias, indispensável à recuperação econômica; José Manuel Inácio, presidente da Associação dos Industriais de Angola, calcula em 700 milhões de dólares o montante necessário para a completa recuperação das instalações industriais angolanas, tendo a AIA estado reunida recentemente em assembléia extraordinária para discutir a situação do país e o impacto das atuais reivindicações laborais (o governo decretou um aumento salarial global de 30%). (p.11).

CIN VAI CONSTRUIR FÁBRICA NA GUINÉ

Alargam-se os investimentos portugueses nos PALOP. A CIN, que já opera em Angola e Moçambique, construirá uma fábrica em "joint venture" com a empresa guineense de distribuição, HP Rosa. A associação, que deverá estar concretizada em setembro, visa abrir uma ponte, a partir do fraco mercado local, com mercados vizinhos de maior dimensão, como o do Senegal e da Guiné-Conakry, dominados por marcas francesas. (p.15).

PRESOS OS ENVOLVIDOS NO GOLPE (Moçambique)

Após a reportagem da BBC no dia 20 de junho, o governo moçambicano confirmou no dia 22, que alguns oficiais do exército, além de civis, foram presos por estarem envolvidos numa tentativa de golpe de Estado. Cinco dias depois foi confirmado que o coronel-general Sebastião Mabote [que de 1975 a 1986 fora chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e membro do Burô Político da Frelimo dos III e IV Congressos], era um dos réus. Outros nomes na lista de 16 presos, com perfis políticos elevados, eram o do Tenente-General José Moiane, e de dois irmãos do falecido presidente Samora Machel. (pp.16-17).

MINISTRO DO INTERIOR PRESO EM MOÇAMBIQUE

Horas antes da abertura do VI Congresso da Frelimo, foi preso o ministro do interior, coronel Manuel Antônio, veterano da luta de libertação, acusado de envolvimento na tentativa de golpe de junho. (cf. clipping nº 0 pp. 23 e 24). O Congresso, convocado três anos antes do prazo normal, está sendo marcado pelo espírito de conciliação, pela rejeição do monopólio de poder e pela autocrítica. O ponto quente, porém, será a eleição, a portas fechadas, do Birô Político e do Comitê Central. (p.19).

O CONGRESSO DA REVIRAVOLTA (Moçambique)

O presidente da República e do Partido Joaquim Chissano, apresentou um relatório contendo um somatório dos erros cometidos, entre os quais o da "marxileninização" da Frelimo e a tentativa de generalização "a todo país

das experiências e sentimentos das populações das zonas libertadas". Atribuiu-se tais erros à conjuntura internacional, à luta contra o colonialismo e à inexperiência política e econômica dos quadros mais destacados, sem uma aderência real à sociedade moçambicana.

As alterações na Frelimo iniciam-se com a sua aproximação à Internacional Socialista e à defesa do pluripartidarismo político e da liberdade de informação. Até este momento porém, todas as alterações tem-se processado sem o afastamento das personalidades marcantes da sua história. (p.20).

MAPUTO DENUNCIA "LOBBIES" PORTUGUESES (Moçambique)
RENAMO OTIMISTA

Dando prosseguimento aos entraves postos às negociações entre o governo moçambicano, a Renamo e mediadores no processo de transição, Armando Guebuza, membro do Bureau Político da Frelimo e chefe da delegação oficial nas conversações em Roma, disse que setores portugueses se interessariam pela transferência do processo de negociação para Lisboa em troca da garantia da Renamo de devolução e indenizações dos bens pertencentes a portugueses antes da independência.

Outra questão que divide o governo moçambicano e a Renamo são as decisões do VI Congresso. Para Guebuza as resoluções não deverão condicionar as conversações em Roma. A Renamo acha que as negociações deveriam aguardar a nova estratégia que assumirá o partido governamental. Raul Manuel Domingos, chefe da delegação da Renamo em Santo Egídio, admitiu, se for necessário, o envolvimento de outros países nas conversações de paz, mas considera que somente o cumprimento dos 20 pontos da agenda poderá abrir caminho para a paz. (p.21).

NEGOCIAÇÕES EM PONTO MORNO (Moçambique)

São decepcionantes os resultados obtidos nas negociações entre o governo de Moçambique e a Renamo em Roma (cf. clip. nº 1, pp.15 e 17). Os rumores indicando a substituição da Itália como mediador, por Portugal ou África do Sul, tem sido desmentidos por todas as partes. O porta-voz, face ao impasse das negociações, reconheceu a dificuldade em entender a tática da Renamo, acreditando desejar ela esperar os resultados do VI Congresso da Frelimo. (p.22).

LISBOA NÃO RESPONDE (Moçambique)

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal ainda não comentou dois fatos produzidos pelo governo moçambicano, semana passada. O primeiro, foi a declaração de que lobbies portugueses, ligados à Renamo, estavam tentando transferir as negociações de paz de Roma para Lisboa (v. clipping nº 1, p.15).

O segundo, foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a Indonésia, país que ocupa pela força a ex-colônia portuguesa de Timor Leste. É justamente Moçambique quem tem dado, até agora, maior apoio à Fretilin (Frente

de Libertação de Timor Leste), e sustentado a posição de Lisboa, contrária à ocupação indonésia. [O estabelecimento dessas relações está ligado à necessidade que Moçambique tem do apoio dos países islâmicos, entre eles, a Indonésia tem peso; alguns desses países têm dado apoio à Renamo]. (p.23)

DEMISSÕES NA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Dois importantes responsáveis no campo da comunicação social, Armino Aguiar e Frederico Gustavo dos Anjos, anunciaram que irão pôr seus cargos (respectivamente, diretor-geral de Comunicação Social e diretor da rádio nacional) à disposição do primeiro-ministro Daniel Daio. Aguiar é acusado de estimular a censura, e, dos Anjos, a ele ligado, afirma-se que é prepotente e que teria tentado impor uma rígida disciplina à rádio que administra. (p.26).

ÁFRICA DO SUL: CONSELHO DE ESTADO DEBATE A VIOLÊNCIA

Na continuidade das violentas disputas envolvendo os diferentes grupos étnicos e partidos na África do Sul, o Conselho de Segurança do Estado discute a proibição ou restrição dos exércitos privados, como o neofascista AWB e o Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), ala militar do ANC. A emergência desta questão veio à tona com as violências ocorridas quando o presidente de Klerk discursava "no bastião neo-nazi de Ventersdorp" do Movimento de Resistência Africânder (AWB). Este grupo paramilitar opõe-se ao Partido Nacional, e às concessões aos negros que podem levar a África do Sul a um governo multi-racial. (p.33).

UMA BALA PARA DE KLERK (África do Sul)

Numa conversa que teve lugar em um bar em Ventersdorp, logo em seguida ao confronto entre militantes do movimento neo-fascista AWB (Movimento de Resistência Africânder), negros e forças policiais- em que três brancos foram mortos-, o líder da extrema-direita, Eugene Terreblanche, afirma que seu movimento irá resistir de todas as formas ao fim do Apartheid, recusando-se sequer a considerar a hipótese de Mandela vir a governar a África do Sul. (p.34).

PRETÓRIA TENTA SOLUÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA (África do Sul)

As negociações entre as três principais forças políticas na África do Sul (Governo, ANC e Inkatha) aproximam-se de uma solução constitucional para extinguir a violência nas cidades e promover uma anistia geral aos exilados. Paralelamente aos avanços nas negociações, continuam a ser reveladas as operações secretas do governo sul-africano. O ex-agente da Polícia Secreta Militar Sul-Africana, Nico Basson, declarou existir uma rede de empresas fictícias, pertencentes à Polícia Secreta, que seria utilizada para

lançar uma campanha semelhante à que foi desencadeada na Namíbia, com o objetivo de impedir que o ANC obtenha o poder na África do Sul. (p.37).

IGREJAS PROPÕEM PLANO DE PAZ (África do Sul)

O "Grupo para a Iniciativa Nacional de Paz" (GINP), integrado por líderes religiosos e empresários, patrocinou um plano de paz envolvendo o Governo sul-africano, o ANC e o Inkhata, visando mediar as negociações multipartidárias que devem apontar para uma nova constituição, arbitrar os conflitos e investigar as causas das ações violentas. (p.38).

POBRE, BRANCO E SUL-AFRICANO (África do Sul)

A revogação das leis do apartheid, entre as quais uma que privilegiou os brancos no acesso ao emprego, tem criado uma crise de identidade entre os brancos pobres. Já está acontecendo o que era impossível há alguns anos atrás: brancas trabalhando como empregadas domésticas, ou brancos lavando carros de taxistas negros. Num ambiente deste tipo os movimentos ultradireitistas conseguem filiações crescentes. Isto ocorre mesmo com a taxa de desemprego entre os brancos atingindo só 3%, enquanto entre os negros já ultrapassa os 35%. (p.40).

ÍNDICE

I.	<u>PALOP</u>	<u>PP.</u>
	1. PALOP.....	01
	2. Angola.....	02-13
	3. Guiné-Bissau.....	14-15
	4. Moçambique.....	16-25
	5. São Tomé e Príncipe.....	26-27
II.	<u>ÁFRICA AUSTRAL</u>	
	1. África Austral.....	28
	2. África do Sul.....	29-40

A Igreja em África

Mamuel Pinho*

Numa África onde as actuais referências mais comuns são as da carestia, da miséria, da corrupção da crise económica, política, social e ambiental, parece-me que a principal missão [da Igreja] é a de restituir a esses povos africanos toda a força da sua dignidade aviltada ao sabor de poderes que demagogicamente dizem representá-los.

A conjuntura actual é favorável para uma apreciação global do papel da Igreja nos países africanos que, durante séculos, comungaram com a mesma ideia força oriunda de Portugal: a criação de espaços de civilização e evangelização a partir de uma mesma matriz.

Mas há dois momentos que me parecem ser de suma importância para qualquer abordagem relativa à Igreja católica nos cinco países lusófonos africanos. Primeiro, a sua história mais recente, que conta apenas com 16 anos de vida, tantos quantos a independência dos países onde está inserida e onde encontra razões de existência na sua missão evangelizadora. Depois, outro momento importante a não esquecer é o próximo Sinodo, a realizar possivelmente dentro de ano e meio, mas já na sua fase de preparação mais importante, a reflexão das bases e recolha de elementos que permitirão sentir o pulso do pensamento dos católicos africanos.

Para compreender o papel dessas Igrejas nos seus respectivos países é impossível deixarmos de lado o momento em que se viram inesperadamente com a obrigação de conduzir com pessoal africano aquilo que até então era dirigido por bispos portugueses, segundo as regras e os privilégios ditados pelo Padroado e pela Concordata assi-

nada com Portugal. Tal situação até poderia não ter tido grande significado, não fora as assumidas direcções ideológicas que vieram colocar em xeque a posição da Igreja no terreno e abalar toda a estrutura vigente, fazendo como primeiras vítimas as cúpulas hierárquicas. Tais Igrejas estavam dependentes a partir do alto, e não tanto a partir da base, que demonstrou grande capacidade para as mudanças e para continuar, mesmo sem a presença das ingentes forças missionárias que bem depressa tomaram a debandada, salvo excepções que justificaram o verdadeiro espírito missionário que representavam.

E daí vem uma das páginas mais difíceis e corajosas dessas Igrejas, particularmente Angola e Moçambique, pois os outros três países apenas têm um bispo cada um.

Mas numa África onde as actuais referências mais comuns são as da carestia, da miséria, da corrupção da crise económica, política, social e ambiental, parece-me que a principal missão, e não apenas simples papel a desempenhar, é a de restituir a esses povos africanos toda a força da sua dignidade aviltada ao sabor de poderes que demagogicamente dizem representá-los. Muitas páginas se têm preenchido sobre a Igreja nesses países como a única organização capaz de ter

mantido uma presença eficaz nos anos tumultuosos do passado recente. Mas é necessário mais. É necessário que se mantenha como força moral credível nos tempos que se avizinham.

Tudo leva a crer, e disso já há sinais, que o próximo futuro seja de grande luta pelo Poder, onde a guerra verbal terá um importante espaço, e onde não faltarão tentativas de namoros e casamentos de conveniência a rondar a Igreja e os palácios episcopais.

Portas adentro, e em consonância com a sua própria missão, importante é a atenção que as Igrejas nesses países de língua portuguesa devem dar à formação dos seus agen-

tes de pastoral, e à sociedade em geral. O recente documento "O Cristo e a Política", da Igreja de Angola, constitui uma boa amostra dessa formação e oportunidade. Mais que o seu papel interveniente no campo da política e do social, oportuno é todo o esforço a despendar para que os católicos saibam em cada momento dar respostas aos desafios que lhe serão colocados. E refiro-me concretamente ao diálogo com o mundo das etnoreligiões, com o mundo islâmico (na Guiné-Bissau e em Moçambique), com as outras denominações cristãs presentes, e ainda uma resposta muito concreta no campo da inculturação do cristianismo em África, o que passa pelas propostas e pelos aliciamentos vindos do mundo das seitas a crescer a ritmo acelerado em todo o continente africano.

O momento actual de mudança política será brevemente ultrapassado, mas a resposta aos grandes desafios postos pela sociedade africana continuará a ser a pedra de toque que determinará que papel e que tipo de Igreja se pretende hoje para os PALOP e para o continente em geral. O próximo sínodo é momento propício para aferir algumas dessas capacidades, que passam também por gestos de coragem e de africanidade no universal da Igreja católica. ■

* Padre dos Missionários Combonianos; director da revista "Além-Mar"

ANGOLA**Privatização das fazendas de café**

*** As 30 maiores vão ser postas à venda pelo Governo**

O Governo angolano vai privatizar algumas das maiores plantações de café do País, numa tentativa de recuperar a posição de Angola como um dos maiores produtores mundiais, disse sábado, em Luanda, o ministro do Café, Faustino Muteka.

Muteka revelou que o Governo decidiu vender, nos próximos meses, 30 das maiores «fazendas» de café do País, actualmente geridas pelo Estado.

Em 1973, Angola produzia um décimo do café mundial, sendo, na altura, o quarto país produtor.

O Estado apoderou-se da maioria das plantações em 1975, após a independência. A guerra civil e a má gestão dos recursos pelo Governo angolano levou a um rápido declínio da produção de café.

Em 1973, Angola produziu 241.000 toneladas de café, contra apenas as 4.500 toneladas produzidas em 1990.

Muteka disse que a venda das «fazendas» será aberta a compradores angolanos e estrangeiros, incluindo a hipótese da compra por membros da Unita.

O «boom» da produção de café em Angola ocorreu após o final da II guerra mundial. Em 1970, 250.000 pessoas trabalhavam em mais de 2.500 «fazendas».

Público - 11/08/91

ACIDENTE AÉREO MATA EM ANGOLA — Um número indeterminado de pessoas morreu ontem, num acidente com um helicóptero «Mi-17», em Noqui, na fronteira norte de Angola — disse uma fonte da Força Aérea à Agência de Notícias LUSA. O helicóptero partira, na sexta-feira, de Luanda para Mbanza Congo, província angolana do Zaire, numa viagem de trabalho do governador provincial, Estêvão Zeferino Juliana.

Novo primeiro-ministro é Fernando Van Dunen

O novo primeiro-ministro de Angola é Fernando Van Dunen, nomeado no decurso de uma remodelação governamental efectuada pelo presidente José Eduardo dos Santos. Van Dunen transitou da chefia do Ministério do Plano.

Entretanto, foi criada a Comissão Permanente do Conselho de Ministros, presidida pelo Chefe do Estado. As suas funções são as de um «gabinete restrito», destinado a facilitar a tomada de decisões governamentais sobre questões prioritárias. É composto pelos ministros do Interior, do Plano, Administração do Território, Justiça, Finanças, Saúde, Agricultura, Trabalho e Segurança Social, Comércio, bem como o governador do Banco Central.

Fernando Van Dunen foi substituído na pasta do Plano por Emanuel Carneiro. Foram substituídos ainda o secretário de Estado dos Materiais de Construção e o vice-ministro dos Transportes, sendo os novos titulares, respectivamente, José Pedro Morais e Arlindo Silva.

Manuel Pacavira, antigo embaixador na ONU e até agora responsável pelo sector da Informação e Propaganda do MPLA, foi substituído no cargo passando a governador da província do Cuanza Norte. Por seu turno, o antigo vice-ministro da Informação, João Miranda, passou a ocupar o cargo de vice-ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Comércio do Porto - 12/08/91

Cinco empresas operam em Angola

Cinco empresas portuguesas (Coba, Epal, Epul, Hidroprojecto e Interismet) constituíram um agrupamento especificamente destinado a actuar no mercado angolano.

O protocolo estabelecido entre as cinco empresas considera que a acção do agrupamento vai desenvolver-se em dois planos distintos: na agregação das empresas para a detecção de projectos e implementação, por um ou mais membros, de propostas da execução dos mesmos e na constituição de consórcios entre as empresas perante trabalhos concretos, tendo em atenção as capacidades de cada uma delas.

Ao apresentar o protocolo, Ricardo Oliveira, administrador da Coba, anunciou que numa segunda fase se justificará a constituição de uma empresa em Angola, com o objectivo de prosseguir a realização de projectos abrangidos pelo âmbito do agrupamento: uma empresa local, de capitais totalmente portugueses ou luso-angolanos, onde participarão técnicos e quadros de Angola.

Na execução das acções programadas, o agrupamento conta com um efectivo pluridisciplinar de cerca de 800 técnicos, o que lhe confere elevada capacidade de intervenção nos múltiplos estudos e projectos a levar a cabo.

As empresas que constituem o agrupamento assumirão, reciprocamente e perante terceiros, a responsabilidade total e plena garantia pelos serviços a prestar, ao mesmo tempo que assegurarão a gestão do protocolo.

As áreas de competência das empresas que agora se associaram são, entre outras: aproveitamentos hidráulicos; arquitectura; cartografia; controlo de qualidade; desenvolvimento rural e agrícola; estruturas geotécnicas; formação profissional; gestão e qualidade do ambiente; informática; infra-estruturas de transportes; organização, gestão e administração; planeamento regional e urbano; produção e transporte de energia; recursos hídricos e saneamento básico.

É intenção do agrupamento estender no futuro a sua intervenção a outros países africanos lusófonos.

“O povo angolano deve mandar”

HOLDEN ROBERTO, líder histórico da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), regressa dentro em breve a Angola. “Não posso continuar aqui fora. Devo participar na construção de um país onde se possa viver em progresso e fraternidade”, explicou ao PÚBLICO o pioneiro da luta armada angolana. Recebeu-nos na sua residência nos arredores de Paris — onde tem estado exilado — numa escala entre diversas viagens de trabalho a países da Europa do Norte.

A corrida de investidores estrangeiros a Angola, desencadeada pelo processo de paz, leva-o a recordar que o “maior investimento de Portugal em Angola é a cultura. Pode haver outros investimentos estrangeiros, mas Portugal ocupa o lugar primordial, porque a cultura não divide as pessoas”. Céptico quanto à representatividade do Acordo do Estoril, Holden Roberto advoga a realização de uma Conferência Nacional de todos os partidos angolanos. Mas antes resta-lhe resolver o problema da suspensão do registo da FNLA, decretado na semana transacta depois do representante do movimento em Luanda, Leopoldo Trovoada, ter referido a existência de “seis mil homens armados” do FNLA.

PÚBLICO — Que razão levou o Leopoldo Trovoada a evocar a existência de seis mil homens armados do FNLA?

HOLDEN ROBERTO — Não tenho um texto, impresso, com as declarações atribuídas ao Trovoada. Deram porém uma proporção incrível a um incidente que não o merece. Tivemos quase 35 mil homens armados... Quando acabámos

com a luta armada, uns foram para o Zaire, outros para as suas famílias. Num país em guerra, é natural que alguns homens tenham continuado armados, mas apenas para defesa pessoal.

P. — Que problemas coloca esta suspensão de registo do FNLA?

R. — É um problema político que eles querem provocar, e que tem de ser resolvido politicamente. Eles deviam saber que a liberdade de expressão é um dos princípios básicos da democracia. Mas como em Angola não há separação do poder — o Governo é o MPLA, o tribunal é o MPLA, o Parlamento é o MPLA... Logo à minha chegada a Angola temos de discutir esse problema. Senão, nestas condições, não há processo democrático. Ou então trata-se de um estratagem do MPLA para obrigar a FNLA a pedir-lhes um favor...

P. — Que programa partidário vai defender em Angola?

R. — O nosso primeiro objectivo é fazer de Angola um Estado de Direito. Um Estado de Direito onde as liberdades individuais e colectivas serão respeitadas, que garante a liberdade de expressão e de religião, com uma economia de mercado, e que atraia investimentos estrangeiros, são os elementos de base que defendemos.

P. — E como vê a transição para esse estado ideal dum país ainda ferido por 16 anos de guerra civil?

R. — O principal é alcançar uma paz duradoura, que dê ao povo angolano confiança no fu-

turo. Num processo normal, nós devíamos ter um Governo de transição em Angola. Mas a realidade é que ficou o MPLA como árbitro e jogador... Reconstruir o país passa pelo restabelecimento da estrutura económica — construir uma rede rodoviária, uma rede de comunicações — e sobretudo por uma ajuda às populações atingidas pelas hostilidades. É preciso dar de comer à população, porque não se pode esperar que um povo se ponha a trabalhar quando tem fome.

P. — Um país que desconhece a democracia não vai encontrar de um dia para o outro os reflexos dos meca-

nismos democráticos...

R. — Isso depende do povo. O povo angolano abriu os olhos. Agora deve mandar, como numa democracia. Muitos países em que os Chefes de Estado negam a representação popular, têm sido obrigados a aceitá-la, precisamente sob a pressão popular. Não acredito que Angola vá rumar no sentido contrário ao do movimento de progresso em toda a África. E não creio que os partidos tenham força para impedir a democratização de Angola.

P. — Está satisfeito com os termos do Acordo do Estoril?

R. — Estamos a vêr o que

passa! Já começa a haver divergências, porque esse acordo não teve em consideração o conjunto dos problemas angolanos. Foi, no mínimo, bipolarizado entre a Unita e o MPLA, que não representam todo o povo. Acho que foi uma solução “de fora”. A única forma de resolver o problema angolano de uma maneira definitiva e justa, é através de uma Conferência Nacional. Neste quadro não pode haver interferência de Portugal, nem dos EUA nem da União Soviética — só a dos angolanos que, em família, discutem os seus problemas. Sofremos 15 anos de guerra civil, porque houve intervenção estrangeira.

P. — Quem participaria nessa conferência? Como seria organizada e que temas deveriam ser debatidos?

R. — Todos os partidos devem participar. Os que já existiam e os novos

que estão a surgir deviam juntar-se para definirem as linhas de um quadro institucional e criar as condições de instauração de um processo democrático.

P. — Pessoalmente, que tipo de regime gostaria de ver adoptado em Angola?

R. — Eu acho que o regime parlamentar é o mais representativo do povo. Aquele em que o povo angolano melhor poderia controlar a acção daqueles em que delegou o seu poder.

P. — Certos boatos aventam que algumas companhias petrolíferas fomentam movimentos secessionistas de Cabinda.

R. — É uma ideia que se inscreve numa lógica de privilégio dos interesses estrangeiros. Cabinda pertence ao território angolano. E preciso não esquecer que o canal que “separa” Cabinda de Angola é artificial: foi aberto no século XIX para servir interesses coloniais. Tal como quando se partilhou a África na Conferência de Berlim não foram tomados em consideração os interesses dos africanos, deixando uma herança de problemas sociais, económicos e políticos para os africanos. Já houve outros movimentos secessionistas em África — recorde-se os casos do Katanga, do Biafra, etc. — que semearam a morte. Eu lanço um apelo aos angolanos para que não se deixem envolver mais uma vez numa lógica de morte. Que não se esqueçam que o canal artificial que separa Cabinda foi aberto por um contrato entre a Bélgica e Portugal, para criar uma via de navegação para o Congo.

P. — Nos países em que os regimes comunistas caíram pedem-se contas aos antigos responsáveis. Acha que se deva fazer o mesmo em Angola?

R. — Não queremos ajustes de contas; queremos paz e progresso. Houve erros, sim, mas agora há que reconstruir o país na fraternidade e na compreensão mútua. Pelo menos, eu, como cristão, desejo que esqueçamos o passado. O que se passou nos países do Leste não se aplica a Angola: como africanos, nós temos uma filosofia muito diferente. Muitos erros foram cometidos por ignorância, por pessoas que seguiram cegamente uma certa ideologia, mas que compreendem hoje que essa ideologia falhou.

Ana Navarro Pedro, em Paris

PÚBLICO

DOMINGO, 18 AGOSTO 1991

Holden não chegou

HOLDEN ROBERTO, líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), devia ter desembarcado ontem no aeroporto de Luanda, mas a expectativa das dezenas de pessoas que, segundo a agência Lusa, o aguardavam para lhe dar as boas-vindas acabou por sair frustrada. A informação da chegada partiu de uma mensagem de Lisboa para o aeroporto de Luanda. Mas o representante da FNLA em Luanda, Leopoldo Trovoada, disse que o líder do movimento só deve afinal chegar na próxima semana.

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 14 AGOSTO 1991

CARTAS AO DIRECTOR

As cartas não devem ultrapassar as 20 linhas dactilografadas (cerca de 1000 caracteres) e ser devidamente identificados.

O PÚBLICO reserva-se o direito de resumir as cartas recebidas e não devolverá originais não publicados.

Presidente ou padre?

Está agora na moda em Angola os políticos encostarem-se à Igreja Católica. Vem isto a propósito da recente entrevista de Manuel Santos Lima ao jornal PÚBLICO. Se já não estivéssemos habituados a ser surpreendidos pelas repentinas alterações de posições dos políticos angolanos, abríamos a boca de espanto.

Porque é que políticos angolanos ateus namoram agora a Igreja, chegando a fazer apelos a Cristo, a Deus, aos santos, etc.? Porque é que Santos Lima, que há uns meses falava em "socialismo democrático" (um lugar-comum usado também pelo MPLA, UNITA, FNLA e "terceiras forças") agora diz estar na área social-cristã, inspirado pela doutrina social da Igreja?

Por isto: a Igreja Católica tem força, arrasta quase metade da população. (...) Mas a Igreja está atenta a estes oportunismos. A sua hierarquia tem consciência de que estão a aparecer políticos a namorá-la, a encostar-se, a colar-se; mas a Igreja (...) nem sequer vai apoiar a formação de qualquer partido com designação religiosa. Vai, isso sim, apoiar a participação de leigos reconhecidos na vida política, o que não é o caso de Lima.

Que Lima não se iluda! A área em que à última hora de quer inserir já está ocupada. Se há uma figura ligada à doutrina social da igreja, é sem

dúvida Joaquim Pinto de Andrade.

Lima considera-se a si próprio um símbolo. Que presunção!

Lima não foi o primeiro negro do exército português. Foi, talvez, o primeiro alferes. Também não foi o primeiro dissidente do Comité Director do MPLA. Já se esqueceu de Viriato da Cruz? E em Angola pergunta-se: Lima foi dissidente ou fugiu da luta?

Em Angola ninguém (a não ser alguns intelectuais) o conhece nem ao seu "Mudar". Se for a Luanda, quando vencer esse medo de entrar no país, o autor de "Mendigos e Anões" vai ver a verdadeira projecção do seu movimento e nessa altura resolva ser mais modesto. Na capital angolana, o "Mudar" é um desconhecido. E não se argumente que não tem acesso aos meios de Comunicação Social. Pois os "partidos emergentes" (PRD, PDA, CNDA, FDA) existem dentro do país, muita gente os conhece, fazem trabalho político, fartam-se de dar conferências de imprensa. O PRD até colocou um dístico gigante no meio da rua, mesmo à saída do aeroporto de Luanda, com os dizeres: "Bem-vindo à República Popular de Angola, país de desigualdades, de miséria, fome e intimidações". Kundi Palama, governador de Luanda, já protestou publicamente contra esse "ex-libris", mas não o consegue tirar.

Moisés Lina, um dos adversários do regime, condena-

do à pena de morte, quando saiu em liberdade, há semanas atrás, prestou declarações à televisão do MPLA.

(...) O medo e o aparelho repressivo impedem a actividade aberta do "Mudar", diz Lima. Mas quem tem medo não se mete em política. Esse medo patológico de Lima não será já muito antigo?

Se Lima for a Luanda, verá que não há medo, que se pode falar e actuar à vontade, verá a nova sede da FNLA (uma organização que já chegou ser odia

da pelos luandenses) a funcionar legalmente em plena Ingombota, com a bandeira vermelha, branca e amarela desfraldada, verá mesmo alguns "disas" pedirem desculpa às suas antigas vítimas. Verá a vida política-social a fervilhar, a mexer, a movimentar-se, a tomar decisões... E Lima não tem nada a ver com isso.

Por isso queríamos pedir a Manuel Lima: embarque quanto antes para o interior do país, sem medo, para que os angolanos o coloquem no seu verdadeiro lugar.

*Rui Musoko
Lisboa*

Capital angolana comemora hoje o seu dia

Luanda ao espelho da História

Jonuel Gonçalves

A capital angolana comemora hoje o seu dia, com um visual tão marcado pelos 16 anos de independência como pelos 416 de existência.

A 15 de Agosto de 1648, uma armada vinda do Brasil sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides puxou termo à ocupação de Angola pelos holandeses e devolveu-a à coroa portuguesa. Apesar de as autoridades angolanas já terem nomeado uma comissão encarregada de encontrar uma data alternativa para a cidade celebrar o seu dia, ainda não se chegou a qualquer conclusão e, à falta de melhor, o 15 de Agosto continua a evocar São Paulo da Assumpção de Luanda, fundada em dia incerto de 1575 por Paulo Dias de Novais, nas proximidades do morro da Fortaleza de São Miguel, depois de instalação provisória na ilha que lhe faz face. Fortaleza e Ilha conti-



Ontem Avenida António Barroso, hoje Marien Ngouabi. E amanhã?

nuam a deter valor emblemático.

As suas praias, frequentadas aos domingos por milhares de habitantes, estão na origem de engarrafamentos tão intensos como os que se registavam nos últimos anos do período colonial. Perímetro militar desde 1975, a "ponta da Ilha" foi, pouco antes do cessar-fogo, devolvida à vida civil: além do Barracuda, onde as despesas são pagas em dólares, abriu logo a seguir o Bar do Bruno. Muito mais concorrido — porque aceita pagamentos em kwanzas —, tornou-se ponto de

encontro para as noites luandenses de fim-de-semana. Com o fim da guerra e do longo recolher obrigatório, a animação promete ser ainda maior.

Embora nos últimos dois anos, com a privatização na ordem do dia, os clubes nocturnos começassem a florescer, não conseguiram apagar o brilho das famosas "farras" em quintais, terraços e apartamentos. O Pandemónio, o Paralelo, o Animatógrafo e, mais recentemente, o Marialvas, antiga casa de fado reaberta com música "in", são fre-

quentados por uma classe média já numerosa, apesar do nível de vida ainda instável.

Para outros estratos da população — hoje estimada em cerca de dois milhões de habitantes, contra meio milhão em 1975 —, a instabilidade é ainda maior. O abastecimento de bens essenciais constitui o grande problema urbano e a escassez da oferta provoca a subida em flecha dos preços e obriga a que 78 por cento dos consumidores dependam do mercado paralelo.

Este fenómeno traduz uma

mutação fundamental no rosto de Luanda: o centro comercial da cidade deslocou-se da Baixa para os vários mercados, alguns com nomes que lembram títulos de telenovelas ou de outros programas de televisão — Roque Santeiro, um autêntico hipermercado ao ar livre junto ao muceque Lixeira; Beato Salu, no Bairro Operário; Os Trapalhões, na Ilha —, outros conservando as suas antigas designações — São Paulo e Kinaxixi, por exemplo.

Cerca de três em cada quatro luandenses moram nos muceques, em habitações de pedra e cal ou em cubatas, num labirinto de ruas esburacadas e com condições higieno-sanitárias de arrepiar. O

seu índice de ocupação varia proporcionalmente ao crescimento demográfico — tem de haver sempre lugar para mais um.

Para lá dos muceques, pelas estradas de Catete e do Cacuaco, estendem-se as duas zonas industriais da capital, à espera que novos rumos económicos promovam a sua efectiva reabilitação. Entretanto, generalizam-se as reivindicações salariais e as greves.

Entre o muceque e o mar, na "zona do asfalto", as condições são muito melhores, mas não

isentas de problemas, como a degradação dos edifícios, as deficiências na distribuição de água, os cortes de luz, os buracos no pavimento e a falta de operacionalidade dos serviços de recolha do lixo. Os bairros de Alvalade e Miramar — zonas residenciais de moradias para quadros superiores, nacionais ou estrangeiros — mantêm, no entanto, um aspecto tranquilo e cuidado.

Em Ingombota, Maianga e Cidade Alta — as três áreas históricas —, a integração processa-se com mais facilidade, e é frequente os vizinhos terem padrões e estilos de vida pouco semelhantes entre si. Os nomes das ruas mudaram, e por certo não ficarão por aqui, pois multipartidarismo "obliga". A antiga Vasco da Gama foi rebaptizada Karl Marx, a Brito Godins passou a Lenine e a Carmona deu lugar à Guevara. Menos problemas de mudança, porque sem carga ideológica, terão a Rua da Missão, ex-Rua Luis de Camões, ou a Rei Katyavala, ex-Coronel Artur de Paiva, mas não se sabe se a tradicional Rua Direita voltará a chamar-se assim.

Das estátuas portuguesas restam apenas pedestais, com excepção para a de monsenhor Alves da Cunha, que está intacta. No Largo da Mutamba também não se mexeu, apesar de ter deixado de ser o terminal dos transportes públicos urbanos, e a Avenida Marginal, ao longo da baía, coexiste bem com o nome oficial de Avenida 4 de Fevereiro, pois chama-se das duas maneiras.

Em muitas coisas, Luanda é assim: cidade de duas maneiras. ■

Últimas de Luanda

Suspeita de mortes ameaça paz angolana

A UNITA acusaria o MPLA da eliminação física de prisioneiros. Mas há quem assegure que Jonas Savimbi tem demasiados «telhados de vidro». Entretanto Luanda contesta partidos de influência francesa

Lurdes Feio

A UNITA estará a protestar pelo alegado desaparecimento de elementos seus que teriam sido capturados pelo MPLA. Esta acusação poderá pôr em causa o processo de paz em Angola.

Segundo «O Jornal» apurou, circulam rumores de que, no processo de libertação de prisioneiros em curso a UNITA haveria dado pela falta de antigos elementos seus. O movimento de Jonas Savimbi insinuaria que as entidades de Luanda eliminaram fisicamente alguns prisioneiros.

A situação está a causar apreensão junto dos grupos internacionais de fiscalização do processo de paz, receando-se que venham a surgir conflitos que deteriorem o clima de desanuviamento que os Acordos do Estoril haviam promovido na capital angolana.

Embora não nos tenha sido possível confirmar esta notícia junto das entidades oficiais, que procuram, antes, explicar estes rumores com alegadas manobras de contra-informação, o certo é que fontes militares portuguesas contactadas por «O Jornal» admitiram que existem «fortes probabilidades» de se vir a confirmar o desaparecimento de prisioneiros de parte a parte.

«Desde que se iniciou o processo de paz, havia o receio de que a libertação de prisioneiros viesse a confirmar a eliminação física de

alguns membros da UNITA e do MPLA. Portanto, não me espanta nada que isso seja verdade e admito perfeitamente que as queixas venham a surgir dos dois lados», confidenciou-nos um oficial português.

A espera de Savimbi

Algumas fontes sugerem que este problema poderá estar na origem do adiamento da entrada de Jonas Savimbi em Luanda. Outras fontes, contudo, explicam a atitude do presidente da UNITA com uma estratégia pessoal de criar suspense na população e garantir uma recepção empolgante na capital angolana.

«Por enquanto, Savimbi correria o risco de ser recebido num ambiente bem mais morno do que lhe convém», afirmam as mesmas fontes. E acrescentam: «As acusações lançadas contra o MPLA poderão inserir-se nessa estratégia de Savimbi de denegrir a imagem política do MPLA e criar para si próprio o estatuto de mártir».

Entretanto, um outro dado político parece estar a provocar alguma tensão em Luanda. Trata-se do aparecimento de novos partidos políticos de influência francesa, fundados por angolanos até há pouco tempo residentes em França, e que terão recebido financiamento deste país.

De acordo com fontes diplomáticas, estes partidos estarão a merecer forte contestação de alguns sectores angolanos, que não parecem dispostos a aceitar um crescimento da influência francesa em Luanda. «Os africanos em geral e os angolanos em particular conhecem bem os efeitos perversos da descolonização francesa noutras zonas de África. Por isso existe um clima de contestação contra essa estratégia em Luanda», dizem-nos.

Aliás, desde que se iniciou o processo de paz angolano, cresceram as tentativas de aproximação por parte de vários países europeus, interessados em guardar para si uma

boa fatia dos negócios que se perspectivam num país onde abundam as potencialidades inexploradas.

Cavaco antecipa-se

É nesse contexto que se inscrevem algumas visitas oficiais de dirigentes políticos europeus, que iniciaram uma autêntica corrida para Luanda. Esta urgência terá obrigado, inclusivamente, Cavaco Silva a antecipar a visita que havia programado a Angola, sem data marcada.

O anúncio da deslocação de Cavaco a Luanda, que tudo indica terá início já no dia 26, é disso um bom exemplo. Nos bastidores do poder em Lisboa circulam rumores de que o primeiro-ministro português quis chegar a Luanda antes de outros líderes europeus, designadamente Felipe González, que deverá visitar Angola nos primeiros dias de Setembro.

A viagem de Cavaco decorrerá imediatamente depois da festa algarvia do PSD, no Pontal, onde se aguarda a habitual intervenção política de fundo que, desta vez, dará o grande pontapé de saída para a campanha eleitoral. Portanto, só a necessidade de se adiantar à diplomacia de outros países justificará que o líder do PSD realize uma deslocação de vários dias a Angola, em pleno período de campanha eleitoral.

Outro aspecto sintomático deste jogo de influências prendeu-se com a recusa portuguesa de promover uma conferência ibero-africana proposta muito recentemente pelos espanhóis. Perante o silêncio discreto de Cavaco Silva, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro, discordou publicamente da oportunidade de tal conferência, obrigando os espanhóis a recuarem.

16.8.1991 O JORNAL

Felisberto Lemos

O 'livreiro da esperança'

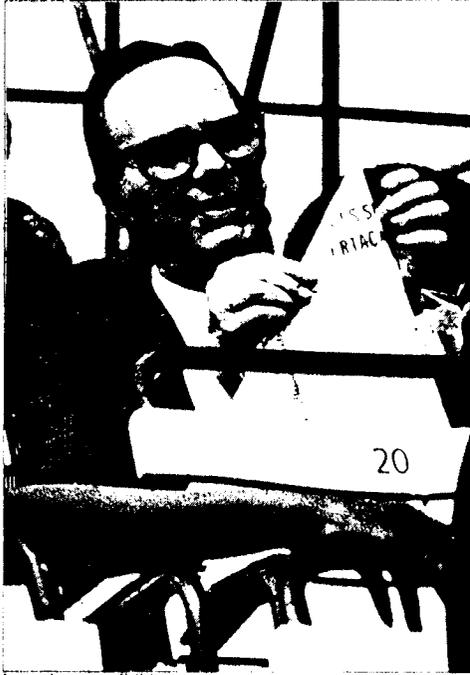
Em Luanda há a fúria de ler, mas as livrarias estão quase vazias, apenas alimentadas pelas edições da União dos Escritores Angolanos. Também por isso muita gente se lembra de Felisberto Lemos, o «livreiro da esperança»

Afonso Praça

UMA VISITA às livrarias de Luanda é ao mesmo tempo uma frustração e uma alegria: há poucos livros (quase só de autores angolanos), mas muitos compradores. Melhor do que isso, há muitos leitores, a ponto de algumas livrarias terem reservado um espaço para «saída de leitura».

Os livros são (relativamente) baratos — sobretudo se tivermos em conta a confusão cambial que reina em Angola (100 dólares tanto podem valer 6 mil como 80 mil Kwanzas) — e atingem tiragens elevadas, muito superiores às de Portugal. Um romance como «Mayombe», de Pepetela, ou os clássicos de Luandino Vieira já venderam calmamente 100 mil exemplares. «Quem me dera ser onda», de Manuel Rui, agora esgotado, vendeu 50 mil, e a primeira edição do último livro deste mesmo autor, «Crónica de um Mujimbo», tirou 10 mil, número considerado «normal» para a primeira edição de uma obra de autor já com nome feito. Pepetela e Luandino Vieira vão para os 20 mil, mas o último há muito que não publicou nada de novo, ocupado como está com a União dos Escritores Angolanos, de que é secretário geral e grande impulsionador de todas as actividades culturais, como também das editoriais.

A União dos Escritores Angolanos tem desempenhado um papel muito importante, se não fosse ela não sei o que seria isto literariamente», diz Ricardo Manuel, gerente da livraria Lello. Acrescenta: «Mesmo com o regime que tivemos, os escritores angolanos, entre os quais alguns nomes conhecidos, não só aqui



Nome de guerra, Felisberto Lemos ensinou e encaminhou muita gente

como além-fronteiras, desempenharam sempre um papel valiosíssimo, foram eles que mantiveram vivo o espírito da crítica, do debate, da liberdade».

Uma história por esclarecer

Vamos, pois, à Livraria Lello, na Baixa luandense, uma legendaria e uma referência. Com os seus 76 anos, é a mais antiga de Luanda, a «livraria-mãe», como lhe chama Ricardo Manuel. A partir de 1961, início da guerra colonial, transformou-se no local de peregrinação de militares amantes de livros e também no centro de convívio sobretudo de jovens militantes já comprometidos politicamente — ou que apenas estavam a desbravar a desbravada para a política em paradas pela realidade social e pela literatura.

Por esse tempo estava à frente de Lello um grande livreiro — o «livreiro da esperança»,

como lhe chamou Manuel Alegre. Culto, muito bem informado, ele sabia melhor do que ninguém que uma livraria também pode ser uma trincheira de resistência: quantos não conseguiram obter, discretamente, ao balcão da Lello, um livro que a Pide tinha proibido? Quantos não passaram tarde a ler esse mesmo livro, camuflado com uma sobrecapa de «romance cor-de-rosa», no primeiro andar da Pastelaria Versailles?

«Felisberto Lemos foi o chefe, o mestre e o amigo, aqui na Lello», recorda com mágoa Ricardo Manuel, no modesto gabinete no rés-do-chão da li-

vraria. «Curiosamente, vivo na casa que era dele, na Rua da Guiné, n.º 11, e tenho o gabinete que era dele e que está praticamente na mesma, apenas um pouco mais delido pelo tempo», acrescenta ainda Ricardo Manuel, que se considera discípulo de Felisberto Lemos. No livro «Angola, meu Amor» incluiu um poema dedicado ao seu «amigo revolucionário» que em 1977 lhe deixou o lugar e o gabinete, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

A verdade é que, revolucionário sem mácula, sempre comprometido com a Revolução de Angola, Felisberto Lemos foi expulso. No pequeno gabinete da Lello, Ricardo Manuel é um homem magoado:

«Pode escrever, se faz favor, que ainda hoje está por esclarecer porque é que Felisberto Lemos foi expulso de Angola pelo seu amigo Agostinho Neto, a seguir ao 27 de Maio.»

Passaram 14 anos. Felisberto Lemos vive em Coimbra e é responsável pela livraria de «O Jornal», no Centro Comercial Girassólum e pode afirmar-se que seria bem recebido em Luanda. Mas a verdade é que a história da sua expulsão continua por contar.

Fome de leitura

Poeta, cronista («Jornal de Angola» e Rádio Nacional) e livreiro, Ricardo Manuel foi também cantor e chegou a ser o «Rei da Rádio» em Angola. Trabalha no Lello há 31 anos, depois de ter feito a sua aprendizagem na Bertrand, ao Chiado.

Recorda: «É verdade. Trabalhava na Bertrand, respondi a um anúncio e cheguei a Luanda em Dezembro de 1960. Uns dias antes do embarque, participei no lançamento da

«Maria Benigna», de Aquilino Ribeiro — a minha tarefa era abrir as folhas com uma faca para ele escrever a dedicatória. O último exemplar era sempre meu, e como eu lhe tinha dito «mestre, é a última vez que estou a colaborar consigo», ele escreveu uma dedicatória, de que nunca mais me esqueci: «Para o Ricardo Manuel, que me dá hoje a desagradável notícia de deixar o convívio da Bertrand, mas a quem eu deixo, sob os céus e terras novas que irá descobrir, venturas e felicidades.»

Ricardo Manuel tem saudades da Bertrand, mas tem mais saudades dos bons tempos de Lello de Felisberto Lemos. A verdade é que a Lello é hoje uma sombra do que foi: «Ainda há dificuldades na importação de livros. Penso que agora não podemos continuar assim, o novo ministro da Informação, Rui de Carvalho, está interessado em mudar a situação.»

A situação, para já, caracteriza-se pela quase total ausência de livros de autores estrangeiros. Livros de ficção e de poesia, entenda-se, porque nas prateleiras da Lello (e de outras livrarias como a Kitanda das Letras, 4 de Fevereiro ou 11 de Novembro) encontramos ainda «livros marxistas», que já não se vendem, «de repente passaram de moda, ninguém lhes pega». Bastará dizer que dos brasileiros quase só é conhecido Jorge Amado, e dos portugueses encontram-se um ou outro livro de Fernando Namora e de Cardoso Pires, este ainda em edição da Moraes.

E no entanto a fome de leitura é muita: só a Lello vendeu 200 exemplares do último número da revista «Colóquio/Letras» que rece-

Maka 07-

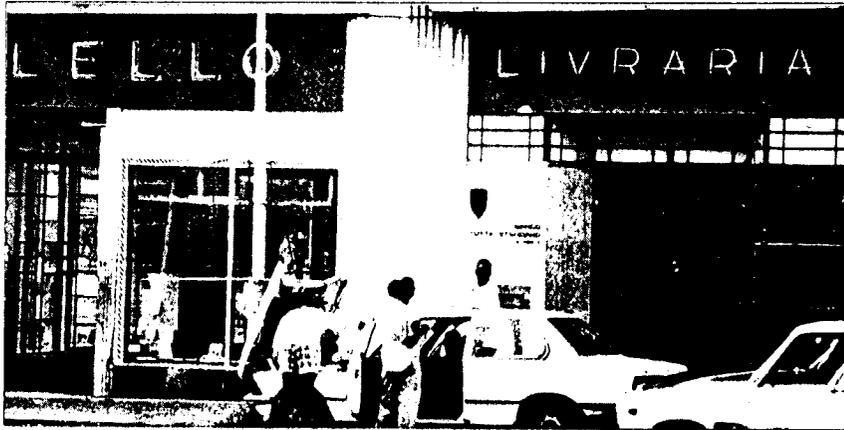
puxa palavra

EM TRAÇOS largos, maka significa debate, discussão, polémica. «Makas à quarta-feira» é o nome de uma iniciativa da União dos Escritores Angolanos, que já proporcionou debates públicos sobre temas tão interessantes como a economia, arte, costumes, ecologia, candombe, rock, teatro, paródia e, obviamente, literatura.

As «makas» começaram muito antes da abertura democrática. Foram depois interrompidas, e no seu reinício esteve em debate o livro «O Ministro», com a presença de seu autor, Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu). Lançado no ano passado, «O Ministro» vai na segunda edição, saída há um mês. Não só pelo seu autor (ex-membro do Comité Central do MPLA, ex-ministro da Saúde, ex-embaixador na RDA) como pelos temas que aborda (o pós-independência, com a nova classe política emergente, dominada pela incompetência e pela corrupção), o livro é um autêntico «best-seller» e alvo de todas as conversas dos políticos.

Escrevendo sobre a «Maka» na União dos Escritores, no jornal «Lavra & Oficina», também da UEA, F. Costa Andrade garante que «a sessão viria a confirmar o enorme êxito público do livro do escritor» e dá exemplos, assim: «Revelou imagens de um quotidiano quantas vezes ausente do imaginário da literatura e imprensa nacional, nos seus aspectos de força anímica e decisiva das grandes questões que o país real coloca. O protesto, escolhemos ao acaso, da velha senhora contra o que considera ludibrio, do feijão que faz xingular a panela, esgotar o gás e a lenha, a paciência e água, mas não coze; a fuba que azeda e o peixe que imigra fechado nos porões, ou já acamado em latas, para um regresso oneroso e sem gosto a algumas mesas; os medicamentos que as moscas conhecem, mas os doentes não vêem, e que invariavelmente viajam para o Norte, em criminosas clandestinidade, etc., etc.» Ainda Costa Andrade informa que Mendes de Carvalho «encerrou a Maka oferecendo com dedicatória calorosa o exemplar que tinha consigo ao jovem sequioso de conhecer, quem sabe?, os segredos fabulosos de algum ministro em letra de forma, e que ele só vê, quando vê, passando veloz de Mercedes...»

A.P.



A Lello em 1991. Ainda um belo espaço. Com poucos livros

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE AGOSTO DE 1991

MPLA desencadeia ofensiva eleitoral

Se a adopção de uma filosofia governativa mais agressiva pelo Presidente José Eduardo dos Santos poderá vir a corresponder a um renovado sinal de esperança junto do potencial eleitorado do MPLA, o novo esforço de recuperação económica, financeira e social preconizado por Luanda para o período do pós-guerra parece estar a perturbar alguns círculos da UNITA, que se apressaram já a qualificar a política de pré-financiamentos do Governo como um prenúncio do endividamento desesperado do país.

Desejosa, no entanto, de também vir a retirar dividendos do novo clima de paz, a UNITA, segundo apurou o EXPRESSO junto de uma fonte diplomática, teria solicitado ao Presidente José Eduardo dos Santos o ingresso de quadros seus no Gabinete de Investimentos Estrangeiros, uma proposta que foi prontamente rejeitada.

Na sequência da recusa do Governo em abdicar dos poderes que exerce sobre a administração e controlo de todos os recursos, parecem surgir sinais de que a UNITA está a tentar conseguir o controlo da Comissão Conjunta Político-Militar que, no entender de alguns dos seus dirigentes, poderia supostamente substituir o Governo. A pretensão da UNITA encontrou, no entanto, forte oposição por parte do Fórum Democrático Angolano (FDA), cujo presidente, Jorge Chicote, um dissidente do movimento de Jonas Savimbi, denunciou esta semana a face oculta existente por detrás das alegadas violações dos direitos humanos praticadas pelos rebeldes durante a guerra. Esta prática, segundo o FDA, mantém-se inalterável nos dias de hoje, uma vez que a UNITA persiste em impedir a extensão da administração do território nacional ao Governo e em interditar o acesso de outras formações políticas à Jamba.

Levantamento de sanções económicas

«Aceitar a rejeição governamental é tão líquido quanto reconhecer a permanentemente recusa, no passado da UNITA, em integrar um Governo de transição», recordou um perito ocidental. O interesse manifestado discretamente pelos rebeldes,

no âmbito do Gabinete de Investimentos Estrangeiros, visaria, segundo a mesma fonte, assegurar desde já o alargamento do nível de intervenção sul-africana na economia angolana. A intenção da UNITA em oferecer os seus préstimos para a reabilitação e gestão conjunta do Caminho de Ferro de Benguela também foi rejeitada pelas autoridades governamentais, que, até às eleições, pretendem continuar a assumir a responsabilidade pela governação do país sem a interferência de terceiros. Entretanto, o senador norte-americano Dennis Deconcini anunciou esta semana o próximo levantamento de algumas sanções económicas a Angola, admitindo alguns observadores que a abertura de um gabinete de interesses comerciais esteja relacionada com a nova postura que a Administração dos EUA possa vir a adoptar em relação a Angola.

Fontes próximas do Ministério das Finanças sugerem, por outro lado, que o movimento de Jonas Savimbi terá introduzido, fora dos circuitos bancários, para cima de um milhão de dólares, desregulando completamente o mercado paralelo de divisas, o que se deve ainda à existência de um número significativo de notas tidas como falsas. As mesmas fontes sustentam que as divisas se destinam à compra ilegal de kuanzas, ao pagamento de recepções, viaturas e outros meios de transporte e ao recrutamento de novos aderentes através do fomento clandestino da prostituição e de outros tipos de aliciamento. «Estamos perante um dos movimentos de guerrilha mais luxuosos do mundo», comentou um historiador, antigo combatente do MPLA, que não esconde a sua surpresa pelo «delírio material» exibido por alguns dirigentes da UNITA.

Luanda muda de aspecto

A contracção de uma dívida avaliada em 1 milhão de dólares em pouco menos de um mês, pela estadia da delegação da UNITA à C.C.P.M. em dois hotéis da capital, parece ilustrar, segundo alguns observadores, o fascínio que a vida na cidade exerce sobre alguns dos seus dirigentes. O Governo, entretanto, comprometeu-se já a liquidar a dívida, enquanto que a população reagiu

com um sentimento de indiferença perante este cenário, virando as suas esperanças para a tentativa de reanimação social e económica que se começa a verificar um pouco por toda a parte. Luanda, com efeito, já não é a mesma de há três meses atrás, sendo visível em todo o lado o levantamento de infra-estruturas para a instalação de novos supermercados, a abertura de casas comerciais e o fim do monopólio estatal sobre a venda de viaturas e do parque imobilidário.

A abertura do ensino a particulares, incluindo a igreja católica, a inauguração de novos centros hospitalares, a introdução do totoloto esta semana, bem como outras iniciativas parecem justificar a nova dinâmica governativa que o Presidente José Eduardo dos Santos pretende ver consolidada por altura das eleições. Se é verdade que a estes esforços corresponde a um novo sinal de esperança junto das populações, já o clima de desconfiança atribuído a presumíveis intimidações por parte de alguns militares da UNITA infunde um sentimento de desconfiança preocupante. O representante de Jonas Savimbi na C.C.P.M. refuta estas acusações, argumentando possuir igualmente provas de alegadas violações dos acordos por parte das FAPLA, cuja abordagem pública poderia adensar o clima de cínico entendimento reinante entre as duas partes.

Por isso, a C.C.P.M. decidiu formar uma comissão de inquérito para averiguar os incidentes provocados por ambos os lados, ao mesmo tempo que investiu de novos poderes a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização, para acompanhar de perto os movimentos militares das FAPLA e das FALA. Entretanto, a Igreja Católica, reagindo a uma violenta «troca de galhardetes» que opõe as emissões do programa «Angola Combatente» do MPLA e as do «Vorgan» da UNITA, manifestou a sua total equidistância em relação aos dois beligerantes, revelando esperança no surgimento de uma força alternativa e apelando para que as mensagens dos partidos que detêm os meios de comunicação social respeitem os acordos de paz.

Gustavo Costa
em Luanda

Soldados recolhem aos quartéis

TUDO indicava ontem que o início do acantonamento dos dois exércitos rivais angolanos iria finalmente iniciar-se nas próximas horas.

Ultrapassados os problemas logísticos que obrigaram ao adiamento do calendário mais de um mês, Governo angolano e UNITA chegaram a acordo sobre dois novos locais onde tropas do movimento de Jonas Savimbi ficarão acantonadas já que das localizações inicialmente escolhidas por este movimento dois dos locais eram inacessíveis à logística e à verificação.

Do mesmo modo, a troca de prisioneiros deverá ser retomada a curto prazo. A Cruz Vermelha entrevistou já os cerca de 900 homens da UNITA em poder do Exército governamental e os 400 em poder da UNITA. Segundo uma fonte ligada ao processo tem-se verificado que «muitos dos que estão na área controlada pela UNITA já estabeleceram laços familiares e não querem regressar a Luanda, como também se tem constatado que dos que estão em poder do Governo a maioria quer regressar às suas terras de

origem, às famílias». A acusação feita pelo Governo, de que o movimento de Jonas Savimbi não tinha declarado na lista de prisioneiros pessoas que se encontravam a viver em liberdade na área da Jamba, ficou também ultrapassada com a criação de uma comissão no âmbito da Cruz Vermelha que numa segunda fase irá entrevistar esse grupo de ex-militares governamentais.

Entretanto, e para evitar mal-entendidos, os prisioneiros dos dois lados já entrevistados pela CVI serão entrevistados por uma segun-

da comissão integrando representantes do Governo e da UNITA bem como dos observadores portugueses, norte-americano e soviético e da CVI. «Caso nesta segunda entrevista alguém mude de ideias então será submetido a uma terceira entrevista pela Cruz Vermelha e essa será definitiva», disse ao EXPRESSO uma fonte ligada à troca de prisioneiros.

A guerra de propaganda entre os dois lados não se tem estado a reflectir nos trabalhos da CCPM, que neste momento reúne semanalmente, às terças-feiras, para avaliar o

trabalho e as propostas das restantes comissões.

A Comissão Mista de Verificação conheceu uma aceleração nos seus trabalhos e a sua actividade irá ainda intensificar-se logo que comece o acantonamento de tropas. Uma questão considerada essencial para acabar com «pequenos incidentes, do género de o governador de uma província querer visitar um município e não poder por estar sob controlo da UNITA ou de a UNITA querer passar num posto de controlo e ser impedida pelo Exército. Só depois do

acantonamento será possível passar à fase de extensão da administração central a todo o território, o que tem sido uma das queixas do Governo», comentou uma fonte da CCPM. Segundo a mesma fonte, não tem havido quaisquer incidentes «graves ou não entre militares dos dois lados». As subcomissões provisórias criadas em Maio para preencher o vácuo entre 17 de Maio e a entrada formal em vigor do cessar-fogo, a 1 de Junho, têm estado a funcionar bem e a ser integradas nas Comissões Mistas de Verificação do Cessar-Fogo.

ANGOLA

A batalha do abastecimento

**Gustavo Costa
em Luanda**

UMA operação de grande envergadura avaliada em mil milhões de dólares começou este mês a ser posta em marcha visando a regularização do abastecimento à população de Angola inteira — apurou o EXPRESSO junto de uma fonte governamental.

Os produtos que se reparam entre alimentação, vestuário, calçado e matérias-primas para o arranque definitivo da indústria nacional, começaram a chegar aos portos de Luanda, Lobito, Namibe e Cabinda, que neste momento registam um grande movimento de cargas e descargas de mercadorias. Desde já parecem estar assegurados cerca de 600 milhões de dólares em linhas de crédito fora dos circuitos correspondentes com o Banco Nacional de Angola, garantidos por os nove consórcios de

privados angolanos e estrangeiros que se responsabilizam pelo abastecimento das 18 províncias do país.

Embora alguns círculos da oposição pretendam associar esta operação a uma tentativa de reabilitação da imagem do regime, uma fonte oficial garantiu ao EXPRESSO não existir qualquer ligação deste plano com a campanha eleitoral do MPLA. «Este novo esforço financeiro enquadra-se numa operação de abastecimento de emergência, visando pôr fim a 16 anos de comércio administrativo decorrentes da guerra», disse a fonte.

De acordo com um perito do comércio, a emergência deste programa constitui, na verdade, um derradeiro desafio de justificação indesculpável para o Governo que «se mostra aberto à participação de agentes económicos privados angolanos e estrangeiros desde que te-

nham capacidade para agenciar financiamentos sem recurso às linhas de crédito do Banco de Angola». A região sul do país, que compreende as províncias de Huíla, Cunene e Namibe, será abastecida a partir da Namíbia com a venda de petróleo àquele país pela Sacilda — uma empresa angolana de comércio externo filiada em Windhoek. Segundo uma fonte do Banco de Angola, a Frinurba, uma firma do empresário português Vítor Alves assegurou, entretanto, financiamentos a Portugal, Espanha e EUA no valor de 300 milhões de dólares destinados a abastecer a zona centro com produtos alimentares, de higiene, vestuário, medicamentos.

Grupos privados no abastecimento

Outros novos financiamentos deverão ser garanti-

dos para a mesma região para a aquisição de matérias-primas que permitam assegurar um funcionamento ininterrupto da indústria local.

A Sociedade Portuguesa de Empreendimentos com uma linha de crédito de 100 milhões de dólares vai, por seu turno, cobrir as diversas necessidades das populações de Luanda, Bengo e Kuanza sul, enquanto à firma angolana dde Mabilio de Albuquerque foi atribuído o abastecimento a Malange e Kuanza norte. O grupo Pão de Açúcar, segundo soubemos junto do Ministério do Comércio, retomará em grande escala a sua actividade em Angola ao ser-lhe concedida a liderança do abastecimento comercial à zona diamantífera de Lunda norte e a gestão de uma gigantesca rede de supermercados.

Neste momento parecem estar também já assegurados os financiamentos para a

exploração e abastecimento da zona norte do Uije e Zaire pelo consórcio angolano-italiano Intermarket e da Vesper, uma empresa de capitais luso-angolana, na província de Cabinda. O fornecimento em massa de carne e frangos será, paralelamente ao plano nacional, garantido pelo empresário nigeriano Giv Fernandez que financiará a compra daqueles produtos no mercado irlandês em troca de compensações de petróleo avaliadas em 10 mil barris.

Por outro lado, cerca de 600 autocarros para o transporte de pessoas e bens começaram a chegar ao país enquadrados na organização de uma nova rede de transportes que compreenderá a recuperação de camiões das forças armadas a cargo da firma portuguesa Tecnocarro.

Todo este esforço deverá, entretanto, culminar com a unificação do abastecimento

civil e militar na sequência do desmantelamento progressivo dos dois exércitos beligerantes e da «gradual normalização da vida civil em Angola». Um perito do Ministério das Finanças advertiu, no entanto, que este plano só terá impacto junto do eleitorado «se se eliminar o círculo vicioso das sobre-facturações através de operações credíveis, com preços concorrenciais no mercado internacional e se as 'comissões' forem usadas na concretização de um planos de grande envergadura para o reenquadramento social dos mutilados, viúvas e órfãos de guerra e de diversas obras sociais». «Estamos perante uma maratona de votos e o voto alimentar poderá ser decisivo no desfecho final do primeiro escrutínio eleitoral em Angola» — ironizou um antigo militante do MPLA, hoje na oposição.

CENTRALCER VOLTA A ÁFRICA

Victor Hernandez, administrador delegado da Central de Cervejas esteve recentemente em Angola a estudar com as autoridades locais, diferentes hipóteses de colaboração no relançamento do sector cervejeiro angolano.

A Central de Cervejas aposta assim no regresso em força a Angola, onde, antes do 25 de Abril, tinha interesses na Cuca.

A conquista de uma posição no mercado africano e aliás um dos pontos prioritários da estratégia do Grupo Bavária, accionista maioritário da Central de Cervejas e o quinto maior grupo cervejeiro do mundo. Refira-se que a Bavária inaugurou recentemente em Cartagena, na Colômbia, a maior Malteria da América Latina.

Entretanto, o Grupo Bavária, o braço cervejeiro do Grupo Santo Domingo, o maior grupo económico colombiano - presente em mais de 90 empresas e em sectores tão diversificados como a banca,

os seguros, a petroquímica, agro-alimentar, pescas, - manifestou já o seu interesse em investir noutros sectores em Portugal.

Em recentes declarações públicas, Lopez Valência, o número um da Bavária, anunciou as negociações com a Fundação Bissaya Barreto para a transformação e comercialização de marisco congelado, os contactos entre a Avianca, uma das empresas de aviação do Grupo Santo Domingo e a TAP para desenvolver uma relação comercial mais intensa, bem como as possibilidades de negócios com outros grupos privados portugueses.

Relativamente às empresas associadas da Central de Cervejas, Lopez Valência referiu, em particular, a importância da Água do Luso e da Camillo Alves. A exportação para o mercado colombiano dos vinhos produzidos pela Camillo Alves é uma das ideias a concretizar a curto prazo.

Angosat recebe crédito francês

16.8.1991 O JORNAL

A empresa nacional de telecomunicações via satélite de Angola, a Angosat, recebeu um crédito francês de 190 milhões de francos, ou seja aproximadamente 4,9 milhões de contos ao câmbio actual. Este crédito foi-lhe concedido pela Caixa Central de Cooperação Económica, organismo do Estado francês, e destina-se a financiar a construção duma estação terrestre de controlo e de quatro estações locais, a construção da ligação hertziana Lukapa-Dundo, a adaptação das centrais e a instalação dos emissores de televisão sobre os referidos locais.

Justificando o crédito concedido, a CCCE sublinhou que a existência de sistemas seguros de comunicações entre Luanda e as principais cidades da província era um elemento indispensável à recuperação económica do país.

Foi anunciado na mesma ocasião que a CCCE tinha concedido um subsídio especial de 100 milhões de francos (2,6 milhões de contos) ao governo moçambicano, destinado a financiar um programa de ajustamento industrial, e a participação francesa no reescalamento da dívida moçambicana.

M.S.

Esta semana em Luanda

CCPM vai analisar o processo de paz

PRISIONEIROs de guerra e alegadas violações do acordo de paz deverão ser debatidos na próxima semana, na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), em Luanda, em paralelo ao eventual segundo encontro dos Estados-Maiors-Generais dos dois Exércitos angolanos.

Para a próxima semana estão ainda previstos debates a nível de grupos especializados de trabalho das Comissões para a Criação das Forças Armadas e Mista de Verificação e Fiscalização do Cesar-Fogo.

Ainda sujeito a confirmação, deverá realizar-se no Huambo o segundo encontro dos Estados-Maiors dos dois Exércitos. Inicialmente esteve previsto para a Jamba, mas a UNITA pediu esta semana a sua transferência para o Centro do país.

Fonte oficial disse à agência Lusa que na CCFA deverão ser debatidos os documentos base, apresentados por Portugal, sobre a formação das Forças Armadas e o novo calendário.

No âmbito da CMFV será analisado o desdobramento das unidades a instalar em postos fronteiriços e grupos de fiscalização no terreno. Representantes das forças governamentais iniciaram já a sua deslocação para áreas sob o controlo da guerrilha.

Caso este processo decorra sem problemas, prevê-se que o estacionamento de quase 250 mil soldados dos dois Exércitos comece em princípio de Setembro.

A Comissão Política da CCPM deveria ter realizado na quinta-feira passada uma sessão, e a CCPM deveria ter reunido na sexta-feira para debater as questões mais delicadas do processo de paz, designadamente os prisioneiros de guerra e as alegadas violações ao acordo de paz.

A libertação dos prisioneiros está dependente «da reaudição» de um número indeterminado de detidos na Jamba, visando determinar o destino final pretendido pelos presos em poder da UNITA.

A questão dos prisioneiros tem sido motivo de tensão desde 11 de Julho passado, quando a UNITA adiou a primeira libertação dos presos. Até agora, foram formalmente libertados 187 detidos pelo Governo de Luanda e 104 pela UNITA.

As alegadas violações do acordo incluem casos de morte, intimidações e obstruções ao livre movimento de pessoas e bens. Fonte governamental afirmou à Lusa que «os incidentes são numerosos mas não de gravidade tal que possam pôr em causa o processo de paz» em Angola.

PUBLICO

DOMINGO, 18 AGOSTO 1991

INDÚSTRIA ANGOLANA QUER 700 MILHÕES

— As instalações industriais de Angola precisariam de 700 milhões de dólares (cerca de 105 milhões de contos) para serem relançadas, segundo afirmou à agência Lusa o presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Manuel Inácio. A Associação esteve reunida em assembleia geral extraordinária em Luanda, para debater a situação actual e o impacto das reivindicações laborais vividas no país. Os empresários angolanos vão agora elaborar um estudo do impacto do aumento salarial global de 30 por cento decidido recentemente pelo Governo em paralelo com o agravamento da tabela dos impostos industriais. ■

Da OMA e AAMA

Reencontro em Luanda das mulheres angolanas

A OMA, Organização da Mulher Angolana, recebeu em Luanda a delegação da Associação dos Amigos da Mulher Angolana (AAMA) que se deslocou a Angola. Pela OMA, compareceram ao acto de boas-vindas a secretária-geral Ruth Neto, a secretária provincial Luisa Gaspar e dra. Joana. A delegação da AAMA, como se sabe fundada em Portugal, inclui vários elementos, entre os quais a presidente Aurora Verdades e a vice-presidente, dra. Palmira Tijilica.

Um documento que a AAMA enviou, de Luanda, ao nosso jornal, ressalta "o carinho e forma calorosa e honrosa" como a delegação foi recebida, acrescentando que, antes do regresso a Portugal, no fim deste mês, ocorrerá um encontro com o presidente José Eduardo dos Santos.

O documento também faz a descrição completa das várias

actividades já desenvolvidas pela AAMA em Angola. Tais como: visitas a postos médicos, centros de recuperação de mutilados de guerra, orfanatos, jardins-escola integrados no Programa Infantil Comunitário (PIC) e Programa Educacional Comunitário (PEC). Ressalva os encontros tidos com membros do governo angolano (ministros do Plano, Educação e Saúde), do MPLA, procurador-geral da República, dr. Antero Abreu, governador da provincia de Luanda, presidente da Câmara do Comércio e Indústria.

A delegação da AAMA também já contactou a Liga Angola-

na de Amizade e Solidariedade para com os Povos (substituta da Liga Nacional Africana), o Instituto Nacional da Criança, Associação da Criança Deficiente Mental, Associação dos Antigos Combatentes, Associação de Mulheres Empresárias.

Jovens pedem solidariedade

A Juventude da AAMA (JUVAAMA) também enviou a Luanda uma delegação. O relatório que enviou ao "CM", das actividades desenvolvidas em Angola, inicia-se com um louvor à INFAJOVEM, pelo vasto trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da juventude angolana e camadas populacionais mais carenciadas. Também refere o encontro tido com o Lúcio Lara, primeiro-secretário da Assembleia do Povo e figura histórica do MPLA.

A Juventude da AAMA lançou um apelo aos jovens de todo o Mundo, em particular os portugueses, para que se empenhem numa "cadeia de solidariedade" para recolha de contribuições em víveres, roupas, livros, brinquedos. Contribuições poderão ser encaminhadas para a sede provisória da AAMA, situada na Rua General Ferreira Martins, 1-A, Algés, 1495 Lisboa. Telef: 4104778.

"Vamos dar as mãos e canalizar os nossos esforços numa cadeia de inter-ajuda aos jovens angolanos que sofrem o peso duma guerra" — pede a Juventude da AAMA.



Reencontro ao fim de mais de 15 anos de separação...



À PROCURA DO TEMPO PERDIDO



Como se tivesse caído das nuvens... Quem chega de Lisboa, após sete horas de um voo nocturno, ao Aeroporto 4 de Fevereiro — a data, porventura, mais emblemática da história de libertação de Angola —, a única coisa que deseja é despachar-se rapidamente das burocracias alfandegárias (o sistema é um tanto acanhado e pouco eficiente) e ir ao encontro de um duche retemperador. Mas, oh!, em Luanda há falta de água.

JOSÉ SARAIVA
Texto

tem regras impostas pela necessidade, que decorre naturalmente de uma indesejável situação que durou 15 anos. De guerra.

Não há, no entanto, nas primeiras imagens sinais do resultado dessa situação violenta, que deixou intermináveis sequelas que só o tempo, muito tempo, irá apagar. Procura-se um transporte que não há... embora um enxame de viaturas particulares, normalmente em muito mau estado, esteja disponível para fazer os fretes a troco de um punhado de dólares... E, à medida em que se vai mergulhando nas ruas, já numa azáfama, ainda bastante

Obrigamo-nos, pela força das coisas, a perceber de imediato que a vida na capital angolana

cedo, que, sendo lenta, mesmo assim, dá ideia de que as tarefas diárias há muito começaram, vão-se tendo as imagens reais do que é a degradação de uma cidade que nos tempos coloniais era apontada como um modelo de organização urbanística, esquadrada numa beleza natural que, afinal, foi a única coisa que não se perdeu na lougueira dos dias...

• Cidade desfeita

Luanda é uma cidade desfeita. Olhá-la com olhos de um europeu, mesmo oriundo de um país de inúmeras carências que alguns pretendem ignorar, é, apesar de tudo, como se estivéssemos a viver um pesadelo. Qual é a casa que está arranjada? Qual é o edifício que não tem os vidros das janelas estilhaçados? Qual é o prédio que não precisa de uma intervenção urgente? Devastada, abandonada

ao tempo, Luanda é um verdadeiro exemplo que reclama uma atenção urgente, sob pena de, um qualquer dia, haver notícia de uma tragédia porque poderá ocorrer o efeito dominó e, por simpatia, alguns edifícios desabarem fragorosamente uns atrás dos outros...

No hotel onde fico instalado uma semana — um belo edifício —, situado na ilha que afinal é uma península — sente-se um ambiente de algum modo acolhedor, mas onde, do mesmo modo, se irão detectar as carências que constituem hoje a matriz da vida angolana. Os quartos são simples, o mobiliário é pobre e precisa de ser reformulado ou substituído, a falta de água é uma evidência diária — a banheira fica cheia de modo a poder ser possível lavarmos o corpo e, até, a limparmos o sanitário! —, a sala de refeições é ampla e limpa e a comida não falta, porque é importada em grande parte. A electricidade tem falhas constantes. Não se pode menosprezar, porém, em qualquer apreciação que se faça, que Angola está a viver o final de uma guerra que só até 1988 consumiu mil milhões de dólares, em que perderam a vida nessa luta fratricida, alimentada por estranhos, mais de 600 mil homens, em que é incontável o número de estropiados... E injusto, por isso, ser exigente e reclamar em voz alta as condições que,

eventualmente, se desfrutam em Portugal.

• Imprensa já «mexe»

Daí também haver necessidade de seguir com atenção as movimentações político-sociais estampadas no único diário existente — «Jornal de Angola» — com uma tiragem de 75 mil cópias («não tiramos mais porque não temos muito papel», confessa Manuel Dionísio, um dos subchefes de Redacção) e que procura libertar-se da tutela partidária. Aliás, o MPLA anunciou para breve (o número zero já apareceu nas bancas e tabacarias) o jornal «Progresso» —, que irá ser dirigido, à distância, por Manuel Pedro Pacavira, secretário do Comité Central, e com o nome do poeta António Cardoso no calçalho como principal responsável. O JA é hoje uma didática testemunha da luta pela independência por parte dos jornalistas cansados também de serem porta-vozes da política oficial do Estado. Contudo, é interessante dizer que no gabinete do director, o escritor David Meste, ainda estão os retratos de Agostinho Neto e de José Eduardo dos Santos... Parece que está na «força» um outro dirigido por Adelino Almeida — ex-director do «Jornal de Angola» —, e

que deve ser encarado como um meio para a batalha eleitoral.

De facto, a democracia angolana que está patente nas ruas e avenidas não pode ser autêntica se a liberdade de imprensa estiver amordaçada. Ora, esse bloqueio já desapareceu, de algum modo, e há já em Luanda, atravessando as ruas, panos com frases políticas subtilmente críticas para o Governo e todas elas com uma assinatura — PRD, um partido que tem como referência ideológica a personagem de Nito Alves, a quem foi imputada a responsabilidade do «golpe» de 27 de Maio de 1977. Apenas uns poucos panos amarelos têm gravada a negro a frase que, creio, será o «slogan» eleitoral de José Eduardo Santos, o presidente de todos os angolanos. Nisto não há originalidade alguma. A democracia em novos moldes, mais próximos dos modelos ocidentais, é, por enquanto, um exercício lento, cuja aprendizagem vai ainda custar muitas lágrimas e, quem sabe, algum sangue.

• Os «esquemas»

Só que, enquanto os políticos se sentam à volta das mesas procurando encontrar plataformas de entendimento para superar as dificuldades de afirmação junto das massas populares, há

uma vida que corre, que obriga os angolanos a procurar expedientes para fazerem frente a vida altamente inflacionada. Chamam-lhes «esquemas». E só de «esquemas» se pode realmente viver bem em Luanda. Mesmo o visitante entra no «esquema» porque, de contrário, a vida é caríssima e um dia na capital angolana pode custar mais de 200 dólares! Tal como se fosse uma capital do Primeiro Mundo. Ou seja, a economia está completamente desregulada e não poderá suportar por mais tempo uma situação que, sem dúvida, é a causa de tantas inquietações dos dirigentes, designadamente do ministro da Economia, Aguiñaldo Jaime, o menino-bonito do presidente. Pensa-se que por um destes dias uma delegação dos «homens sem rosto» do FMI desembarcará no Aeroporto 4 de Fevereiro com a missão dolorosa de pôr cobro a uma insustentável e estranha forma de vida, desarticulada e artificial, cujas principais vítimas serão os milhares de jovens que vivem nos bairros populares de Luanda — uma cidade cuja beleza se não discute, mas que faz chorar o coração quando olhada com olhos de ver... Uma cidade, um país, um povo que partiu, cre-se que definitivamente, a procura do tempo perdido...

A seguir: «Estranhas formas de vida»

Guiné-Bissau

Polícia política reprime manifestação

"NÃO QUEREMOS Madagáscar na Guiné-Bissau. Este povo já sofreu muito e merece a paz". Em declarações prestadas ontem ao correspondente do PÚBLICO em Bissau, Aristides Menezes, presidente da Frente Democrática — um partido da oposição guineense —, reagiu assim aos recentes incidentes entre militantes da organização e as forças da ordem.

Quarta-feira, a Segurança Nacional, polícia política da Guiné-Bissau, dispersou uma manifestação organizada no bairro de Clélé, na capital, pela Frente Democrática (FD), que protestava contra a decisão do Supremo Tribunal em suspender, sem qualquer explicação, o processo de legalização da organização.

No momento em que os manifestantes se preparavam para dispersar, diversos dirigentes da FD avançaram com algumas palavras de ordem — "Abaixo a polícia política", "Abaixo a repressão", "Viva a Democracia" — motivando a intervenção policial.

O presidente do partido

adiantou que a acção da polícia "demonstra a má fé que do PAIGC", que acusou de ter "medo do diálogo público". Na perspectiva do dirigente oposicionista, o PAIGC está a retardar a legalização das forças de oposição "sem qualquer razão" e deplorou a actuação das instâncias judiciais. "O Supremo Tribunal não diz nem que sim nem que não, simplesmente diz que o nosso processo de legalização está suspenso".

Menezes, após frisar que esta atitude constituiu um "exemplo elucidativo" dos propósitos do PAIGC, manifestou-se "muito apreensivo" sobre o que considerou serem as "contradições internas no partido governamental", que na sua perspectiva poderão conduzir a acções de violência por parte da "linha dura".

Prometeu continuar o trabalho junto dos militantes do partido e propôs-se alargar a "base social de apoio", na perspectiva de um bom resultado eleitoral. Apesar das eleições na Guiné ainda não terem data marcada, o Presi-

dente "Nino" Vieira admitiu recentemente a "antecipação" do acto eleitoral. Por seu turno, o PAIGC já convocou para Novembro do corrente ano a realização de um Congresso do partido.

Ontem, o secretário do CC do PAIGC para a Informação e Propaganda, Helder Proença, sublinhou a necessidade de uma "reforma geral do partido", que rege os destinos do país desde 1974, o ano da independência.

Apresentando-se como o líder dos reformadores do PAIGC, formado recentemente, Proença indicou ter remetido propostas de reformas ao secretário permanente do partido, que deverão ser analisadas até sábado.

De acordo com a France Presse, que cita uma fonte "bem informada", os reformadores propõem uma renovação do PAIGC e o estabelecimento de contactos com outras formações políticas, para além da reestruturação do aparelho administrativo do país.

O dirigente reformador considerou ainda que os signatários da "Carta dos 121" — onde se incluem um ministro, três secretários de Estado e 30 directores gerais, todos militantes do PAIGC — deveriam participar nos esforços de renovação da organização. Na "Carta", os signatários acusavam a direcção do partido de travar as reformas e o processo democrático na Guiné. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 18 AGOSTO 1991

Bissau discute lei dos partidos

A ASSEMBLEIA Nacional Popular da Guiné-Bissau deve começar amanhã a analisar um projecto de lei sobre os partidos políticos que, entre outros pontos, diminuirá de dois mil para metade o número de assinaturas necessárias para a legalização de movimentos. A sessão parlamentar examinará ainda a lei sobre o direito à greve, a lei de imprensa e o estatuto dos jornalistas. Ontem, em Bissau, um representante do Movimento Bafatá, da oposição, António Bamba, anunciou que o seu partido apresentará em Setembro ao Supremo Tribunal a documentação necessária para a legalização. ■

CIN vai construir fábrica na Guiné

A Cin vai construir uma unidade fabril na Guiné e constituir uma "joint venture" com a empresa guineense de distribuição HP Rosa. A associação deverá estar formalizada em Setembro e dará origem à Tintas Cin Guiné, uma empresa que terá um capital social de 80 mil dólares e será detida maioritariamente pela empresa portuguesa. A Cin ficará com 61% do capital, e o restante caberá ao seu parceiro guineense.

A construção da nova unidade fabril será por fases e terá em vista a entrada nos mercados vizinhos como os do Senegal e da Guiné Conakry. A primeira fase do projecto envolve um investimento de 50 mil contos, destinado à construção de

um pavilhão industrial e a uma loja de vendas directa ao público. O arranque da parte fabril não deverá acontecer antes de Março próximo mas a parte comercial começará a funcionar muito em breve.

O mercado guineense de tintas resume-se praticamente a Bissau e vale apenas 250 mil contos anuais. Daí o interesse da Cin de encarar a Guiné como uma porta de entrada noutros mercados africanos de forma a consolidar a sua presença naquele continente (a empresa está já a operar em Angola e Moçambique). A médio prazo, a empresa da família Serrenho irá disputar às marcas francesas os mercados da Guiné Conakry e do Senegal, já de maior dimensão.

No 1º semestre deste ano, a empresa facturou 3,5 milhões de contos, prevendo no presente exercício alcançar os 7,2 milhões (crescimento de 15%). Os resultados correntes no semestre passaram de 167 para 248 mil contos tendo os resultados líquidos sido de 165 mil contos. A empresa admite lucros de 670 mil contos antes de impostos, (cerca de 400 mil depois do IRC).

Quanto a investimentos, a Cin tem em curso um programa de modernização e substituição de equipamento do edifício sede que exigirão um esforço financeiro de 300 mil contos, quase metade dos quais já utilizados no 1º semestre.



Left: Col-Gen Sebastiao Mabote, former Chief of Staff of the Armed Forces. Right: Lt-Gen Jose Molane during his 1990 trial for killing his wife.

Coup plotters arrested

On 22 June, the Mozambican authorities announced the detention of several officers and civilians on charges of plotting a coup d'etat to overthrow the government.

The government statement, signed by Security Minister Mariano Matsinhe, was only 90 words long, and said that among those detained were officers on active service, retired officers and civilians.

But this initial statement did not reveal the number of people detained, nor any of their names. It did not give any details of the plot, and said that investigations were continuing.

The plot, noted the statement, was hatched at a time "when efforts are under way in the country to deepen democracy, and to win a dignified, just and lasting peace" - a reference both to the peace talks with the Renamo bandits in Rome, and to the country's new constitution, approved last November, which abandons the one-party state, and enshrines political pluralism.

The government appealed to all citizens "to remain vigilant against actions which seek to prevent the normalisation of the lives of all Mozambicans."

The statement followed a report on the BBC Portuguese service two days earlier, citing anonymous

military and diplomatic sources, suggesting that "a climate conducive to a coup" existed.

On 21 June, South African Foreign Minister Roelof Botha told the South African press that the Deputy Director-General of Pretoria's Foreign Affairs Department, Rusty Evans, had met Mozambican President Joaquim Chissano in Maputo that day. Botha alleged that Mr Chissano "informed Mr Evans about reports of a coup threat, but said that any threat would be dealt with effectively.

It was only five days after the first communique that the government released the names of the 16 people (12 soldiers and four civilians) detained. The most shocking news in this second statement was that the former Chief of Staff of the armed forces, Col-Gen Sebastião Mabote had been detained as one of the "principal leaders" of the plot.

Gen Mabote was one of the main guerrilla commanders in the war waged by Frelimo for Mozambique's independence from Portugal. In the closing years of the war he was Frelimo's Chief of Operations. He was appointed Chief of Staff after independence in 1975, and held this post until 1986, when he was sent to study in Cuba. He returned in 1990, but, although remaining on active service, he was given no post in the military hierarchy.

RM

RADIO MAPUTO

Mabote was elected to the Frelimo Party Political Bureau at the Party's Third and Fourth Congresses, in 1977 and 1983, but was not re-elected at the Fifth Congress in 1989. However, he has retained his seat on the 160-strong Frelimo Central Committee. He is also a deputy in the Mozambican parliament, the Assembly of the Republic.

Apart from Mabote, the most prominent soldier on the list of detainees was retired Lt-Gen José Moiane, also a prominent commander during the liberation war.

Moiane, a former governor, first of Manica, and later of Maputo provinces, was already serving a jail sentence for killing his wife. He was sentenced to an effective two years imprisonment for homicide by the Supreme Court in June 1990 (the court accepted that the death of his wife, in a domestic quarrel, had been accidental). This implies that the other plotters had access to Gen Moiane in prison.

He was a member of the Frelimo Central Committee from 1977 to 1989, but was not re-elected at the Fifth Congress, and when he was jailed he automatically lost his seat in parliament.

The list also contained two brothers of Mozambique's first president Samora Machel, who died in 1986. They were businessman Boaventura Machel, and a demobilised sergeant, Malaque Machel.

The other soldiers named in the statement were: Lt-Col Cipriano Maluleque; Maj Fernando Manhiça; Maj Alberto Mucavel; Maj Osorio Pelembe; Maj José Mutame; Maj Belo Filipe; Capt Laquino Chambal; Capt Tomas Fulano; and Albano Bila (no rank given).

The three other civilians named were Estevão Manhique and José Mucavel (a waiter and a cook in the presidential palace), and a telephone operator, Beatriz Manuel, who is the only woman on the list.

The statement said that Mabote was detained later than the other alleged conspirators. This may explain why he was seen in public at Independence Day celebrations on 25 June, and why, on the morning of 27 June, Security Minister Mariano Matsinhe told AIM that he was not among those detained.

Mr Matsinhe said it was still unclear what the real goals of the plotters were. Initial investigations suggested that the group "did not have clear political aims, resulting from a common analysis".

There were indications, said the minister, that the group consisted of "malcontents", each one of whom had his own motives. Mr Matsinhe mentioned in particular the high cost of living in Mozambique, which is affecting all sectors, including the armed forces.

Mr Matsinhe said it would have been imprudent to publish the list of names of those allegedly involved immediately after the plot had been uncovered. At that time, the level of commitment to the conspiracy of some of the suspects was still unclear.

Radio Maputo is the English-language External Service of Radio Mozambique and is intended primarily for those countries in southern Africa in which English is widely spoken. Its broadcasts can be heard every day on short-wave in South Africa, Zimbabwe, Zambia, Botswana, Swaziland, Lesotho, Malawi and Tanzania.

The service is broadcast twice a day. The times given here are southern African time, which is two hours ahead of Universal Time or Greenwich Mean Time.

13.00 until 13.30:

25-metre band	11835 Khz
25-metre band	11835 Khz
31-metre band	9525 Khz
medium wave	1079 Khz
FM	98010 Khz

20.00 until 21.00:

31-metre band	9525 Khz
medium-wave	1079 Khz
FM	98010 Khz

Telephone:
(2581) 34041/5
(2581) 32591/2
Telex:
6-340 RADIO MO
6-317 RADIO MO

Address:
Radio Maputo
P.O. Box 2000
Maputo
Mozambique

1.ª revista feminina lançada em Moçambique

Foi lançada na última semana de Julho em Maputo a nova revista «Senda», a primeira publicação feminina a surgir em Moçambique e de que é editora Yolanda Mussá.

A cerimónia de apresentação desta revista feminina teve a presença do presidente da Assembleia da República, Marcelino dos Santos, que teve palavras de louvor e de incentivo para a iniciativa.

O próximo número da revista «Senda», com uma tiragem de 5.000 exemplares, promete uma entrevista com Janet Mondlane. A impressão é feita na Tipografia dos Correios de Moçambique.

Combates entre «naparamas» e «renamos» em Nampula

Naparamas com base no distrito de Mocuburi, na área de Nampula, mataram nas duas últimas semanas de Julho 148 elementos da Renamo em combates travados no Distrito de Muecate, disse um porta-voz do grupo.

Valentim António, num contacto telefónico estabelecido com Lusa em Maputo, acrescentou que durante outros combates recentes contra a Renamo, na área de Quissipi, os naparamas libertaram 217 pessoas raptadas pelos rebeldes moçambicanos.

Os naparamas são uma espécie de milícia guerrilha que actua militarmente no Norte de Moçambique há alguns meses, sem qualquer subordinação ao Exército governamental, utilizando exclusivamente armamentos gentílicos.

Acreditam ser protegidos na guerra por poderes mágicos obtidos de feiticeiros, nomeadamente a imunidade às balas depois de sub-

metidos a determinados ritos.

Um padre português, que presta regularmente assistência às missões religiosas no Norte de Moçambique, afirmou, no entanto, que os naparamas têm sofrido inúmeras baixas nos confrontos com a Renamo e que já começam a perder aquela convicção.

Um desses reveses foi a morte pela Renamo do seu comandante operacional no Distrito de Mogovelas, província de Nampula, du-

rante confrontos registados em 20 de Junho e nos quais morreram pelo menos 12 naparamas.

O naparama Valentim António declarou à Lusa que as 217 pessoas agora libertadas haviam sido raptadas pelo movimento rebelde moçambicano durante a sua recente ofensiva contra a área de Lalaua.

Dos reféns libertados, 58 teriam sido encaminhados quinta-feira para Nampula e os restantes para os Distritos de Ribaué e Malema.

Fábricas suspendem actividade por falta de componentes da ex-RDA

O eng. Manuel Rafael, director-geral da INDEL — Indústrias Eléctricas, revelou em Maputo que a empresa poderá em breve suspender a montagem de rádios da marca «Xirico», em virtude da falta de forneci-

mento de componentes. Aquele técnico esclareceu que os componentes para a montagem dos receptores da marca «Xirico» eram importados da antiga República Democrática Alemã (RDA) e que tal im-

portação cessou com a reunificação das duas Alemanhas.

Igualmente paralisadas estão as linhas de fabrico de armaduras fluorescentes e de gira-discos.

Os componentes para estes artigos eram importados ao abrigo de um acordo que existia entre os Governos de Moçambique e da República Democrática Alemã.

Por outro lado, tudo leva a crer que a INDEL atravessa, também, dificuldades de ordem financeira. Em face da reorganização das empresas estatais, actualmente em curso, o director-geral da INDEL admitiu ainda a hipótese daquela firma vir a transformar-se numa empresa mista.

Correio da Manhã - 12/08/91

RENAMO anuncia destruição do quartel-general de Gaza

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), revelou ter "atacado e destruído" ontem o quartel general do comando militar provincial de Gaza, tendo morto 37 soldados governamentais, entre os quais se encontram dois oficiais.

Num comunicado enviado à agência Lusa, o departamento da defesa nacional da RENAMO acrescenta ter destruído três tanques "T-34" de fabrico soviético, e confiscado "grandes quantidades de material de guerra". A RENAMO refere ainda que morreram quatro elementos seus, tendo outros 17 ficado feridos. Os rebeldes moçambicanos acrescentam no comunicado que mataram o comandante da defesa do comando provincial de Gaza, o tenente-coronel Filipe João Moiyama, de 27 anos, e o alferes Mahomed Bacar, chefe da Polícia do mesmo comando.

Na véspera da inauguração do VI Congresso da Frelimo Ministro do Interior preso em Moçambique

COM A ANTECIPAÇÃO de quase três anos começou ontem, em Maputo, o VI Congresso da Frelimo, mas as atenções gerais estavam viradas para outro acontecimento — a divulgação de que fora preso, domingo, para averiguações, o ministro do Interior, coronel Manuel António. Um lacónico comunicado dizia apenas que a sua detenção estava ligada à abortada tentativa de golpe de estado, de Junho, cujo principal mentor, de uma lista de 16 implicados, era o coronel-general Sebastião Marcos Mahote, ministro da Defesa até 1986.

Natural de Sofala, província do centro de Moçambique, Manuel António ingressou na Frelimo durante a luta armada, e logo após a independência foi comissário político do jornal "Notícias", que se publica em Maputo.

Antes da sua nomeação como ministro do Interior, em 1986, Manuel António desempenhou as funções de governador da província de Manica, junto à fronteira com o Zimbábue. Fazendo parte da linha

dura da Frelimo, conseguiu subir na hierarquia do Estado e do partido (é membro do Comité Central) pela sua posição de histórico da luta armada e não pelos seus conhecimentos técnico-científicos.

A divulgação da sua prisão, poucas horas antes do início do Congresso, não parece ser uma coincidência, mas um aviso de que conspirações passadas ou futuras não ficarão impunes. O forte descontentamento popular face à crescente onda de violência urbana, particularmente na capital, e a resposta ineficaz da polícia eram ainda, em certa medida, imputadas ao ministro do Interior.

Quando há poucos meses o jornal "Notícias", citando o ministro do Interior, escreveu sobre a incapacidade da polícia em deter a violência, ficou célebre a sua resposta-dementido ao declarar que "não confirmo, nem desminto, apenas refuto".

Entretanto, com a participação de 720 delegados, representando todas as províncias

do país, comunidades moçambicanas no estrangeiro e convidados nacionais, o VI Congresso da Frelimo vai debater a sua adequação à nova conjuntura política, depois da aprovação da nova Constituição.

O "Congresso da Mudança", como aparece na sua propaganda, foi aberto oficialmente pelo presidente da Frelimo, Joaquim Chissano, que afirmou ser vocação do partido a promoção da reconciliação e concórdia entre os moçambicanos, no quadro da democracia, igualdade, liberdade, solidariedade e progresso que se substancia na proposta de socialismo democrático que o CC submete ao Congresso.

No seu discurso, Chissano rejeitou o "diálogo das armas", apontando para a urgência de um cessar-fogo, do regresso dos refugiados nos países vizinhos, do fim da situação de deslocados e do recomeço da vida. Disse também que a Frelimo não pretende assumir o monopólio das respostas aos problemas da sociedade, defendendo ser na tole-

rância, no diálogo e na convergência de esforços que se podem superar os males do país.

O relatório do CC ao Congresso, apresentado também por Chissano, no período da tarde, incide particularmente sobre as origens da necessidade de mudança no contexto das transformações operadas na região e no mundo. Afirma que o processo que se vive em Moçambique tem a sua génese a nível interno e que as mudanças são já fruto da liberalização económica.

Em jeito de auto-crítica, o relatório sublinha que a Frelimo de encontra desajustada devido aos seus métodos de trabalho, dependência de orientações superiores e excessivo formalismo, acrescentando que o regime político, centralizado e monopolizador, é cada vez mais contestado em África por ser promotor de desvios, autoritarismo, abuso de poder e corrupção.

O Congresso, que deverá terminar no dia 20, com debates à porta fechada, elegeu já o "Praesidium" denotando um equilíbrio étnico-regional, e as comissões de mandatos e de redacção dos estatutos e programas. A eleição dos membros dos órgãos centrais, nomeadamente o Bureau Político e o Comité Central, assim como a aprovação dos estatutos e programas, serão os pontos quentes do encontro da Frelimo. ■

Teresa Lima, em Maputo

Frelimo

O congresso da reviravolta

À sexta, foi de vez. A Frelimo ensaia um partido novo. Mas como se vai operar a ruptura?

Augusto de Carvalho
Maputo

ERAM inicialmente 720 delegados eleitos em 8802 células de todo o país. A guerra não permitiu a eleição em 3462.

Entraram para o Congresso 719, na manhã do dia 12. Falto o coronel Manuel António, o número 28 na lista, ministro do Interior, comandante destacado na guerra de libertação, ex-governador da província de Manica.

Fora detido para averiguações, precisamente na véspera. Atribuem-se-lhe responsabilidades na tentativa de golpe de Estado, desmantelada no mês de Junho. Era o ministro das polícias. Dizem-nos que Manuel António recebera ordens para se apresentar na prisão, já na passada quinta-feira, mas ainda participou, visivelmente nervoso, nas reuniões do Comité Central que precederam o Congresso. Nos bastidores da política chamam-no duplo.

Um partido outro

Trata-se do sexto Congres-

so da Frelimo. Mas também poderíamos classificá-lo como primeiro, já que o partido que no dia 20 sairá do Palácio dos Congressos, localizado a poucos metros do Museu da Revolução, será substancialmente outro: um partido do tipo social-democrata, a fazer pontaria para a Internacional Socialista, a defender a economia de mercado, o pluralismo político e a liberdade de informação, quando antes, em 1977, no acto de transitar de frente ampla para partido, se ufanava de sintetizar «a experiência revolucionária do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo».

Justificação de erros

Joaquim Chissano, presidente da República e do partido, justificou no relatório apresentado um somatório de erros, entre os quais o da «marxileninização» da Frelimo, atribuindo-os, sobretudo, aos ventos da época, à conjuntura internacional, à luta contra o colonialismo e o subdesenvolvimento e à inexperiência política e económica dos quadros mais destacados, eivados do romantismo dos anos sessenta, sem uma aderência realística à natureza e fenómenos da sociedade moçambicana.

«Procurou-se generalizar a todo o país as experiências e sentimentos das populações

das zonas libertadas, sem se tomar devidamente em conta a complexidade económica e social da nação, o tipo de relações sociais, o regime de propriedade dominante, as sequelas estruturais da ordem colonial, bem como se desvirtuaram algumas experiências, permitindo rupturas na base social alargada e nas alianças forjadas durante a luta armada, em particular com os dirigentes tradicionais.»

Chissano não iludiu as responsabilidades passadas nem a grave situação em que se encontra o país, nem o fenómeno da corrupção que alastra à sombra dos poderes vigentes, grandes e pequenos: «Alguns usaram o poder ou os cargos que detinham para utilizar os recursos alheios para a resolução dos seus problemas pessoais.»

Mas não se ficou pelo «mea culpa». Garantiu que a Frelimo está viva, agora com meio milhão de militantes e que goza de experiência como ninguém, para, corrigindo erros, avançar para o progresso e para a paz.

Com quem?

Avançar, porém, com quem? Este é o problema.

O Comité Central vai ter cerca de 130 membros, desta vez em eleição por voto secreto. Dizem-nos que já há para cima de 350 candidatos. Do



Joaquim Chissano
Somatório de erros justificado em relatório

Comité Central vai sair o Bureau Político, escolhido, também, por voto secreto, de uma lista apresentada pelo Comité Central, à qual Joaquim Chissano pode acrescentar cinco nomes.

Até este momento, todas as mudanças no interior da Frelimo se têm processado sem afastamento de personalidades marcantes da sua história. A sua cúpula dirigente apare-

ce carregada de heróis da luta de libertação, entre os quais, para não citar outros, Marcelino dos Santos, o mais antigo fundador da Frelimo, seu vice-presidente no tempo em que existia o cargo, agora presidente da Assembleia da República, teoricamente o n.º 2 do Estado e do Partido.

À espera de novas caras

Toda a gente, porém, espera novas caras e a desilusão será grande se a reviravolta ideológica não corresponder uma liderança renovada.

Ninguém duvida da eleição de Joaquim Chissano para presidente do partido, ele é um homem consensual. As interrogações surgem acerca da personalidade do secretário-geral, cargo que vai aparecer pela primeira vez. Tem-se-lhe desenhado o perfil, mas não circulam nomes. O perfil seria de dinamismo, cultura, e não compromisso em actividades anteriores: uma cara nova e de força, que não precise de banhos para ser lavada, embora militante do partido. Há quem fale, atendendo a este perfil, no reitor da Universidade, o doutor Narciso de Matos, dizem que se lhe casa, mas, por enquanto, movimentamo-nos no reino das especulações. A Renamo, entretanto, como é do domínio público, afirmou que interrompeu as conversações de Roma para perceber a Frelimo saída do congresso.

Guebuza rejeita desvio do processo de paz para Lisboa

Maputo denuncia "lobbies" portuguesas

ARMANDO GUEBUZA, membro do Bureau Político da Frelimo e chefe da delegação moçambicana às conversações de Roma, disse ontem ter conhecimento que certos "lobbies" portugueses estão a pressionar a Renamo para a transferência do palco das negociações.

Ao dirigir-se aos jornalistas no intervalo dos trabalhos do VI Congresso da Frelimo, que decorre em Maputo à porta fechada, Guebuza disse que sectores portugueses gostariam de ver o processo negociacional moçambicano transferido para Lisboa, com o pretexto de que tal mudança resolveria a actual situação negociacional.

Analistas políticos em Maputo são também da opinião que um "lobby" pró-Renamo em Portugal estaria a condicionar o seu apoio aos rebeldes moçambicanos em troca da mudança dos mediadores. Outra moeda de troca seria a garantia da Renamo de que bens de portugueses, como imóveis e empresas que estes possuíam em Moçambique antes da independência, lhes seriam devolvidos ou pagas indemnizações.

Contudo, a legislação em vigor em Moçambique proíbe que antigos proprietários estrangeiros de bens em Moçambique os possam vir a reclamar. Não se prevê, segundo os mesmos analistas, que o Governo moçambicano possa vir a alterar a lei, correndo o

risco de uma grande agitação social com repercussões imprevisíveis no seio da sociedade moçambicana.

Armando Guebuza disse, por outro lado, que o Governo moçambicano poderia aceitar uma solução semelhante à encontrada para Angola. Nesse sentido, o Executivo de Maputo aceitaria a instalação de uma comissão mista de verificação, com observadores internacionais, para além de conceder um estatuto privilegiado à Renamo, como consta no documento apresentado pelos mediadores na última ronda.

No entanto, rejeitou a proposta dos rebeldes para a criação de um Governo de transição supervisionado pe-

las Nações Unidas, pois no seu entender tal facto constituiria uma negação da soberania de Moçambique.

Quanto aos resultados da sétima ronda negociacional, o chefe da delegação moçambicana defendeu que esta registou alguns avanços pelo facto de ter sido interrompida, não por se ter verificado um impasse, mas antes para dar tempo à Renamo para reflectir.

Guebuza adiantou ainda que o Governo moçambicano encoraja a efectivação de um encontro entre a Renamo e os Estados Unidos, que se deveria ter concretizado em Roma num frente-a frente entre Afonso Dlakama e Jeffrey Davidow, o assistente do secretário de Estado nor-

te-americano para os assuntos africanos.

O porta-voz da Renamo afirmou quarta-feira à noite à BBC que o encontro não se tinha realizado devido a bombardeamentos efectuados pelas tropas moçambicanas contra a principal base dos rebeldes na Gorongosa, mas não especificou se Dlakama estava presente no local.

Ainda no encontro com jornalistas, Armando Guebuza rejeitou o facto de as decisões do VI Congresso da Frelimo poderem, de alguma forma, condicionar as conversações de Roma. A Renamo afirmou recentemente que o processo negociacional só deveria prosseguir depois de a Frelimo definir a sua estratégia neste Congresso. ■

Renamo optimista

RAUL MANUEL Domingos, chefe da delegação da Renamo às conversações da Comunidade de Santo Egidio, reconheceu que a última ronda de negociações com representantes do Governo moçambicano não foi fácil, que estas deverão continuar baseadas no plano de 20 pontos acordado pelas duas partes e que Maputo deveria abandonar "certas intransigências para uma transição pacífica e para eleições livres e justas".

Em declarações ao PÚBLICO, em Roma, Manuel Domingos admitiu o envolvimento futuro de "outros países" nas conversações de paz moçambicanas "se assim for necessário", sublinhando no entanto que tal eventualidade ainda não se mostrou necessária. "Pensamos que a me-

dição da italiana e da Igreja poderão permitir chegar a um acordo de paz", disse.

Quanto aos pontos que a Renamo considera básicos para o fim das hostilidades, o chefe da delegação dos rebeldes moçambicanos, que disse estarem ainda as negociações no primeiro dos 20 pontos da agenda acordada, afirmou que só o cumprimento da totalidade dos itens pode abrir caminho para a paz.

"O Governo do Presidente Joaquim Chissano pretende manter-se no poder como um partido único, tentando no entanto mostrar ao mundo que está a abrir-se ao multipartidarismo, apresentando alguns partidos que poderíamos considerar como seus tentáculos", disse. ■

FACIM

atrai empresas

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE AGOSTO DE 1991

MAIS de 50 empresas portuguesas, numa delegação organizada pelo ICEP-Instituto do Comércio Externo de Portugal, estarão presentes na 27ª FACIM 91 — Feira Internacional do Maputo, que se realiza de 23 de Agosto a 1 de Setembro. Terceiro mercado entre os PALOP — a seguir a Angola e a Cabo Verde —, Moçambique importou mercadorias portuguesas no valor de 6 milhões de contos e exportou 2,2 milhões de contos. Mais de 37 por cento das importações moçambicanas têm origem na CEE. O investimento português neste país africano tem vindo a aumentar nos últimos anos, passando de 57,6 mil contos em 1989 para 612 mil contos em 1990. Porsuavez, o investimento moçambicano em Portugal não foi além de 2 mil contos em finais de 1990.

Paz em Moçambique

Negociações em ponto morno

Após um ano de encontros em Roma, a Frelimo e a Renamo não conseguiram sequer discutir e resolver o primeiro ponto da agenda de trabalhos

Manuela Paixão

Roma

NO FINAL de um ano de negociações para o processo de paz em Moçambique, através de sete encontros realizados na Comunidade de Santo Egídio, em Roma, os participantes mostram-se desapontados

com o ritmo extremamente lento a que os trabalhos se processam.

De facto, as delegações da Frelimo e da Renamo, reunidas sob o patrocínio do governo italiano e da Igreja Católica, ainda não concluíram o primeiro ponto da agenda.

As vozes que apontavam Portugal como novo mediador foram sempre desmentidas em Roma, tanto pelo governo italiano como pela Igreja.

Correm agora rumores que indicam a África do Sul como um eventual mediador, caso o processo de paz não consiga avançar. Esta hipótese, em certos círculos, parece admissível, estando relacionada com a nova políti-

ca sul-africana e com o interesse daquele país em não ter conflitos «à porta de casa».

Entretanto, o governo italiano começou a dar mostras e sinais evidentes de uma certa saturação em relação aos impasses que surgiram ultimamente nas negociações e nas divergências entre as duas delegações moçambicanas.

Para a delegação da Renamo, liderada em Roma por Raul Domingos, «as garantias sobre os acordos que permitiriam a verdadeira discussão do primeiro ponto da agenda, a lei dos partidos, constituem uma questão fundamental, e no momento não é possível conseguir um clima favorável a esse respei-

to».

Por seu lado, o porta-voz do Ministério dos Negócios Italianos, conselheiro Di Franco, afirma: «Realmente não sabemos qual é a nova tática da Renamo. Nós, como mediadores, já tínhamos conseguido, depois de esforços quase incríveis, fazer aceitar uma nova agenda, com pontos que satisfaziam as duas partes. Apresentámos um preâmbulo de garantias para discutir a lei dos partidos, mas não foi possível desta vez».

Na sua opinião, «talvez a Renamo queira esperar o desenrolar do Congresso da Frelimo».

(Mais noticiário na pág. 24)

17 AGO. 91

Tensão entre Lisboa e Maputo

Um porta-voz do MNE disse ao **Semanário** que o Governo português «aguarda confirmação oficial» das declarações do ministro moçambicano Pascoal Mucumbi, segundo as quais foi Moçambique que propôs à Indonésia o estabelecimento de relações diplomáticas entre Maputo e Djacarta.

O anúncio da próxima abertura de relações entre Moçambique e a Indonésia está a ser interpretado como uma profunda derrota diplomática de Portugal. Ela constitui a primeira ruptura, entre os países africanos lusófonos, no bloco de solidariedade e apoio à posição portuguesa na questão de Timor. E é tanto mais inesperada quanto ainda recentemente, numa reunião do «Comité dos 24», em Nova Iorque, Moçambique voltara a expressar o seu apoio à Fretilin, que combate a ocupação indonésia de Timor-Leste. Pensa-se que na base desta mudança de atitude estaria a promessa indonésia de uma maior ajuda económica a

Moçambique, país com forte implantação multicultural.

Este anúncio surge, por outro lado, numa altura em que se nota uma certa subida de tensão entre Lisboa e Maputo. Não é ainda clara a forma como ela poderá influenciar as negociações de paz. Quinta-feira, o chefe da delegação moçambicana às conversações de Roma com a Renamo fez em Maputo a denúncia dos *lobbies* portugueses ligados à Renamo. Segundo Armando Guebuza, aquela organização está a ser pressionada de Lisboa para que as negociações de paz sejam transferidas para a capital portuguesa. Segundo aquele membro do «bureau» político da Frelimo, os referidos *lobbies* argumentariam que o processo negocial decorreria melhor em Lisboa. Guebuza ressaltou no entanto a posição do Governo português, que quanto a ele é clara: «Respeita o Estado moçambicano, o seu Governo e instituições».

Lisboa não responde

Joaquim Trigo de Negreiros*

O ministro moçambicano confirmou a aproximação a Jacarta. Uma decisão divulgada no mesmo dia em que Armando Guebuza, chefe da delegação governamental às conversações de paz, afirmou que a tentativa de transferir as negociações para Lisboa deve ser creditada às pressões de "lobbies" portugueses sobre a Renamo. Nada disso, porém, perturba o MNE português, que mantém o silêncio.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros português não reagiu à notícia do estabelecimento de relações diplomáticas entre Moçambique e a Indonésia, divulgada na última quinta-feira.

Com os seus principais titulares de férias — Deus Pinheiro está no Algarve e Durão Barroso em Moledo —, o Ministério tem actualmente como responsável o subsecretário de Estado Ivo Cruz, que optou pelo silêncio. Oficialmente, por "não ter tido conhecimento do assunto pelas vias oficiais". Isto depois de Pascoal Mocumbi, o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, ter dado uma conferência de imprensa, em Maputo, na qual confirmou o acordo com a Indonésia no sentido do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

A decisão de Moçambique, tanto mais surpreendente por se

tratar de um dos principais apoiantes da Frelim, vem comprometer o bloco de apoio até agora assegurado pelos PALOP às posições portuguesas face à questão de Timor — como comprovam as frequentes referências ao tema nos comunicados finais das reuniões dos "cinco" — e surge no momento em que Lisboa e Jacarta negociam uma visita parlamentar portuguesa ao território.

O anúncio da intenção de estabelecer relações diplomáticas com a Indonésia coincidiu com o dia em que Armando Guebuza, o chefe da delegação do Governo moçambicano às conversações de paz, afirmou ter conhecimento da pressão que "lobbies" portugueses estavam a exercer sobre a Renamo para forçar a transferência do palco das negociações de Roma para Lisboa.

Frelim reage

"As relações entre a Frelim e Moçambique são profundas e muito consolidadas nestes últimos quinze anos", afirmou ontem Mari Alkatiri, secretário das relações exteriores da organização de resistência timorense.

Alkatiri manifestou a convicção de que a decisão moçambicana não alterará

o apoio à Frelim — que tem um escritório com representante permanente em Maputo —, mas admitiu que a Indonésia aproveitará "ao máximo" a abertura das relações com Moçambique, "neste momento em que se reunirá dentro de dias, em Acra, a conferência ministerial dos países não-alinhados".

O representante da Frelim lembrou a pretensão da Indonésia de assumir a Presidência dos não alinhados, historicamente contrariada "pela posição firme dos PALOP a favor de Timor-

LUIS D'ORFÈY



Pascoal Mocumbi: a iniciativa de estabelecer relações com a Indonésia partiu do ministro moçambicano

Leste, com particular destaque para Moçambique".

Iniciativa foi de Maputo

Em Maputo, numa conferência de imprensa realizada ontem à margem dos trabalhos do sexto Congresso da Frelim, Pascoal Mocumbi confirmou a intenção moçambicana de estabelecer relações diplomáticas com a Indonésia, acrescentando que "não deve haver nenhuma confusão entre o

nosso relacionamento bilateral com a Indonésia e a questão que se coloca em relação ao povo maubere." Esta afirmação contrasta com uma declaração feita na quinta-feira passada pelo ministro indonésio, Ali Alatas, segundo o qual Mocumbi ter-se-ia mostrado disposto a "afastar os diferentes pontos de vista sobre Timor-Leste, que afectaram as relações entre os dois países no passado".

Na conferência de imprensa de ontem, o chefe da diplomacia moçambicana sublinhou a existência de diferenças entre os pon-

tos de vista dos dois países quanto à problemática de Timor-Leste, o que, a seu ver, não constitui impedimento para o desenvolvimento das relações entre Maputo e Jacarta.

Justificando os motivos da iniciativa moçambicana, Mocumbi confirmou ter sido ele próprio a manifestar ao seu homólogo indonésio, Ali Alatas, o desejo de Moçambique em estreitar relações com todos os países do mundo e, em particular, com os membros da Organização da Conferência Islâmica, da qual faz parte a Indonésia. Foi, aliás, durante a última reunião da Conferência Islâmica, realizada no início de Agosto em Istambul, que se deu a aproximação entre os dois ministros.

Observadores em Maputo enquadram esta atitude no contexto de abertura política em que está envolvido o Governo moçambicano. Para além das vantagens económicas decorrentes da aproximação à Indonésia, Maputo estaria interessado em angariar o maior número possível de apoios internacionais, numa altura em que pretende consolidar o seu projecto de reformas internas. ■

* com Teresa Lima, em Maputo

PS critica, PCP reflecte

O PS entende que o estabelecimento de relações diplomáticas entre Maputo e Jacarta "pode ser um sinal da deficiência deste Governo em, ao manter uma estreita articulação com os PALOP, descuidar a coordenação de acções diplomáticas sobre o problema de Timor-Leste". Marques da Costa, o responsável socialista pelas Relações Internacionais, considera, no entanto, que, "desde que se mantenha a posição moçambicana de apoio à autodeterminação de Timor-Leste que parece confirmado pelas declarações do ministro Pascoal Mocumbi, o reatamento de relações com a Indonésia deve ser entendido no processo de um novo quadro de relacionamento internacional de Moçambique".

Num cauteloso comunicado emitido pelo seu Gabinete de Im-

pressão, o PCP considera "difícil avaliar com rigor as repercussões ou consequências de esse estabelecimento de relações sobre a acção diplomática de Portugal e sobre a luta da Frelim". O PCP acentua o facto de "a maior parte dos países, com destaque para as grandes potências ocidentais" terem relações com a Indonésia e acrescenta não dispor de "elementos de informação que autorizem a conclusão que o estabelecimento de relações entre a República Popular de Moçambique e a Indonésia signifique necessária ou automaticamente uma mudança de posição de Moçambique sobre a questão de Timor-Leste".

Este quadro de reacções incluíria uma posição do CDS, se tivesse sido possível obtê-la. Na sede dos centristas, porém, não nos foi possível conseguir qualquer comentário. ■

Frelimo dá luz verde a acções militares

**Fernando Lima
em Maputo**

O V CONGRESSO da Frelimo poderá traduzir-se num maior apoio aos sectores militares na sua confrontação com a guerrilha da Renamo, transferindo o epicentro da solução do conflito para o interior de Moçambique.

O processo da paz, tal como já tinha acontecido em 1989, durante a realização do IV Congresso, é o ponto

central dos debates, que decorrem desde o início da semana à porta fechada, na capital moçambicana.

O relatório do Comité Central dedicou 1700 palavras ao historial dos contactos com a Renamo, iniciados em Roma em Julho de 1990. No documento, a Renamo é acusada de rejeitar a «existência do Estado moçambicano», ao pretender «o retorno a uma situação como a que precedeu a in-

dependência ou mesmo os Acordos de Lusaka», assinados com Portugal.

Nas sessões, interditas à Imprensa, os 700 delegados foram informados pelo Presidente Joaquim Chissano e pelo negociador governamental Armando Guebuza dos últimos desenvolvimentos do melindroso processo.

O EXPRESSO, no entanto, apurou que foi transmitida uma mensagem demonstrando o cepticismo em relação

ao andamento das conversações em Roma e encorajando os delegados a exigirem um maior apoio ao Exército para operações militares contra os rebeldes liderados por Afonso Dhlakama.

As negociações de paz foram interrompidas simultaneamente ao início do Congresso, com a Renamo a negar-se a discutir um documento proposto pela mediação italiana. No documento, procurava-se estabelecer

uma metodologia para alcançar um cessar-fogo entre as duas partes.

Washington apoia Maputo

Diplomatas em Maputo disseram ao EXPRESSO que a aceitação da proposta italiana estava «à partida dependente de um encontro dos mediadores com Afonso Dhlakama» que não chegou a realizar-se. A partir de

Nairobi, a Renamo disse esta semana que a deslocação de Dhlakama foi comprometida por sucessivos bombardeamentos por parte da aviação moçambicana à área onde se situa a base principal da Renamo, na região ao norte do planalto da Gorongosa.

No decorrer do Congresso, foi sugerido aos delegados que a Renamo está a ser penalizada diplomaticamente pelo falhanço da última ronda de conversações:

«Aparentemente, a Administração americana está a endurecer as suas posições em relação a Afonso Dhlakama, depois de uma série de encontros falhados com o subsecretário de Estado Jeffrey Davidow», comentou um diplomata. A mensagem é, neste contexto, de «amplo significado político» e Washington disponibilizou a quantia simbólica de 100 mil dólares para treino de
(Continua na última página)

(Continuação da 1ª página)

oficiais do Exército governamental, acrescentando estar na disposição de vir a aumentar o programa.

Em termos práticos, os sinais enviados a partir de Washington e a posição anteriormente assumida pela Grã-Bretanha poderão vir a encorajar Maputo a fazer uso da pressão militar sobre a Renamo, numa tentativa de procurar ultrapassar o impasse de Roma.

A hierarquia militar, largamente representada na direcção da Frelimo, atingiu o Congresso numa posição confortável, depois de ter conseguido manter a Renamo na defensiva desde o mês de Abril.

Dhlakama adia viagem a Washington

O Congresso dos rebeldes foi abortado em Julho, o que impediu Afonso Dhlakama

de se deslocar à Europa para apresentar a plataforma política aprovada durante o encontro da Renamo. Dhlakama tinha agendados para Roma encontros com diplomatas de vários países, no que seria a primeira grande iniciativa daquele movimento na arena internacional. O dirigente deslocar-se-ia posteriormente à Suíça, Alemanha e Portugal.

Como rescaldo do fracasso da última ronda de conver-

sações, fontes diplomáticas revelaram ao EXPRESSO que o Departamento de Estado norte-americano fez saber a Dhlakama que a sua visita a Washington está condicionada à assinatura de um acordo de cessar-fogo.

Pretória, em Maio, num aparente sinal de boa vontade para com Maputo, enviou a Roma dois mensageiros para se avistarem com Dhlakama. O líder da Renamo, porém, manifestou grande distancia-

mento, justificando a sua atitude com o apoio da África do Sul ao Governo do Presidente Chissano.

Renamo prepara operações

Em Maputo, é também aventada a possibilidade de a Renamo vir a aumentar a escalada militar do conflito.

Fontes militares disseram ao EXPRESSO que os rebel-

des poderão vir a desencadear uma ofensiva ao longo do vale do Zambeze, procurando a ocupação de alguns centros urbanos.

A opção militar não é vista em Maputo como solução para a guerra, mas um meio para melhorar as posições governamentais à mesa das conversações, dado que ao impasse no terreno agrega-se a ausência de progressos nas conversações desde Dezembro de 1990, altura em que as

tropas do Zimbabwe foram confinadas aos corredores da Beira e do Limpopo, como parte do acordo alcançado por iniciativa do bispo católico moçambicano Jaime Gonçalves.

Em termos de opinião pública moçambicana, a posição governamental à mesa das conversações é tida como «muito flexível» e já fez «demasiadas concessões aos mediadores da Renamo».

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 15 AGOSTO 1991

Frelimo debate estatutos

OS NOVOS estatutos da Frelimo serão hoje debatidos no sexto Congresso do partido no poder em Moçambique, que continua a decorrer à porta fechada. O membro do Bureau Político Pascoal Mocumbi confirmou ontem à agência Lusa que a Frelimo vai filiar-se em breve na Interafricana Socialista e Democrática, organização filiada na IS.

Ontem à noite terminou a discussão sobre o relatório do CC, o qual obteve a concordância dos delegados, segundo Mocumbi. Os pontos do relatório que ocasionaram maior número de intervenções foram a problemática da corrupção no país, a guerra e os esforços para a normalização da vida dos cidadãos, bem como a autocritica feita pelo CC no seu relatório de 49 páginas, lido na segunda-feira pelo Presidente Chissano.

Este relatório faz uma apreciação exaustiva da situação económica do país, afirmando que cerca de um terço da população vive abaixo do nível de pobreza absoluta, e mais de três milhões vivem deslocados. O documento inclui ainda uma cronologia das negociações com a Renamo, sublinhando que "a flexibilidade do Governo não encontra correspondência" por parte do movimento rebelde.

A Rádio Moçambique, citando o seu correspondente na província de Gaza, no Sul do país, anunciou ontem que um grupo de elementos da Renamo assassinou 41 civis num ataque desencadeado no sábado contra a vila de Chibuto. Foram feridas 89 pessoas e raptadas 23, de acordo com a mesma informação.

Quanto à detenção do ministro do Interior, coronel Manuel António, em ligação com investigações sobre o abortado golpe de Junho deste ano, as autoridades mantêm um silêncio total.

Como seu substituto legal, Joaquim Chissano nomeou Edmundo Carlos Alberto, que desempenhava o cargo de vice-ministro do Interior apenas desde 8 de Julho. Até então, Alberto, que é licenciado em Direito Internacional em Itália, desempenhou as funções de Director Nacional da Polícia de Investigação Criminal. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO
SÁBADO, 17 AGOSTO 1991

Frelimo pela democracia

A PROPOSTA de programa da Frelimo, apresentada ontem de manhã para discussão ao sexto Congresso, situa ideologicamente o partido no conjunto das forças que lutam pelo "socialismo democrático". "Mais importante que os rótulos são as acções que desenvolvemos no terreno", diria ontem Pascoal Mocumbi, membro do bureau político, num encontro com jornalistas à margem dos trabalhos. Como objectivos gerais, o programa preconiza a normalização da vida dos moçambicanos, a unidade nacional e a solidariedade, tendo o seu conteúdo programático, segundo uma expressão utilizada por Mocumbi, "uma preocupação humanista". ■

PÚBLICO
DOMINGO, 18 AGOSTO 1991

Posição moçambicana "nada altera"

O PRIMEIRO-MINISTRO Cavaco Silva mostrou-se sexta-feira à noite convicto de que o anunciado restabelecimento das relações diplomáticas entre Moçambique e a Indonésia "em nada altera" a condenação moçambicana da ocupação de Timor-Leste. Falando aos jornalistas em Lagoa (Algarve), após uma visita à Fatacil, Cavaco Silva realçou que o Governo português "não faz comentários sobre decisões soberanas de outro Estado". Acrescentou, no entanto, acreditar que a nova posição de Moçambique "em nada altera a condenação que os moçambicanos e os outros países africanos de língua oficial portuguesa, ao longo dos anos e de forma consistente, tem feito da ocupação de Timor por parte da Indonésia e das atrocidades cometidas pelas tropas indonésias contra o povo timorense". O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, confirmou já que Moçambique vai restabelecer brevemente relações diplomáticas com a Indonésia. ■

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 14 AGOSTO 1991

A Frelimo à porta fechada

O CONGRESSO da Frelimo prosseguiu ontem em Maputo os seus trabalhos à porta fechada, com uma intervenção do ministro dos Transportes, Armando Guebuza, sobre o processo de paz e o debate do relatório do Comité Central. De acordo com a agência Lusa, o ministro angolano — chefe da delegação do Governo de Maputo às conversações de Roma —, não adiantou muito mais questões as que se encontram inseridas no relatório do Comité Central. ■

Demissões na comunicação social em S. Tomé e Príncipe

DOIS RESPONSÁVEIS de comunicação social de S. Tomé e Príncipe anunciaram que vão pôr os seus cargos à disposição do primeiro-ministro Daniel Daio. Trata-se do director-geral de Comunicação Social, Armindo Vaz Aguiar, que tem um estatuto na prática equiparado ao de secretário de Estado e é secretário do Conselho de Ministros, e de Frederico Gustavo dos Anjos, director da rádio nacional.

Armindo Aguiar revelou a sua intenção de se demitir em reuniões separadas com diferentes responsáveis e alguns quadros do sector, justificando-a com uma alegada "incompatibilidade" e "sobrecarga de trabalho". Nas reuniões que teve com os quadros do sector, afirmou que gostaria de se dedicar

exclusivamente à cultura, área de que é igualmente director. Sabe-se que proximamente vai ser criado um Instituto Nacional de Cultura, mas fala-se também que para o referido sector as autoridades apostam em Fernanda Pontífice, uma mulher bastante influente no interior do partido no poder, o PCD-GR.

Armindo Aguiar foi nomeado em Janeiro último aquando da constituição do executivo de gestão que sucedeu à administração do MLS-TP/PSD, derrotado nas eleições legislativas. Nos círculos oficiais os comentários à anunciada demissão de Armindo Aguiar — frequentemente acusado de estimular a censura, principalmente na rádio — são diversos, nomeadamente os que indicam que não conse-

guiu reunir à sua volta quadros influentes do sector para "responder à reestruturação preconizada pelo partido para a informação".

Quanto a Frederico dos Anjos, justificou o abandono da direcção da rádio nacional com a demissão de Armindo Aguiar. "Foi ele quem me colocou na rádio" e "eu não trabalho com qualquer pessoa", afirmou. Frederico dos Anjos é acusado por muitos jornalistas de ser prepotente e de tentar impor uma "disciplina militar" na rádio oficial são-tomense, o que, segundo os seus detractores, tem gerado um clima de tensão desde que iniciou a sua curta administração naquela emissora. ■

Manuel Dende,
em S. Tomé e Príncipe

O JORNAL 16.8.1991



Televisão de Angola em acção
O «camera-man» não larga as *donas*

640 mil contos para TV de S. Tomé

TEM nascimento previsto para a primeira quinzena de Setembro e é a segunda filha da RTP: chama-se televisão de S. Tomé e Príncipe.

Do cimento para o edifício ao equipamento e às antenas, tudo tem «carimbo» português na futura televisão santomense, considerada a mais nova e moderna de África.

Também os 30 profissionais que assegurarão as emissões — entre técnicos, jornalistas, realizadores e produtores — receberam formação profissional na 5 de Outubro.

No entanto, e apesar do sofisticado equipamento de que dispõe, a televisão santomense esteve por diversas vezes comprometida. Primeiro, por dificuldades de colocação do material

necessário, pois apenas uma vez por mês existe ligação marítima entre os dois países. E depois, quando já tudo estava pronto para entrar em funcionamento, registaram-se problemas com a energia eléctrica.

A televisão de S. Tomé, construída no âmbito das relações de cooperação existentes, custou ao Estado português 640 mil contos. Este é o segundo empreendimento executado de raiz pela RTP, que pôs de pé a TV de Cabo Verde.

Em início de construção está já a televisão de Moçambique, pela qual Portugal é também responsável. Para além de um grande centro de produção em Maputo, a TV moçambicana contará ainda com pequenas unidades na Beira e em Nampula.



Da morte do Terceiro Mundo à cooperação regional

A África Austral — particularmente a lusófona, isto é Angola e Moçambique — foi também uma vítima de eleição desta subcultura marxista-tropical introduzida em 1974-75, via ideólogos do fundamentalismo esquerdista, e quejandos dos voluntários para «a construção do socialismo».

O Terceiro Mundo morreu — pelo menos como conceito político e económico (...).

O registo de fracassos em grande parte da América Latina e da África subsariana desacreditou os modelos de desenvolvimento estatista (...). O fracasso da planificação soviética e o sucesso evidente de um número crescente de países que adoptaram um modelo de desenvolvimento virado para a exportação, desacreditou ainda mais a industrialização dirigida estatalmente (...). Os países em vias de desenvolvimento abandonaram qualquer agenda comum de negociação enquanto põem a casa em ordem. A solidariedade terceiro-mundista tornou-se uma coisa do passado.

Estes considerando clarísimos sobre o fim do mito terceiro-mundista não vêm de um economista conservador-libertário do American Enterprise Instituto ou de um discípulo zeloso de Hayek; nem de um editorial do «Figaro Magazine»; nem sequer de um neo-salazarista doméstico, introduzindo, de mansinho, uma catilinária no «25 de Abril». Tirei-os — e o problema da escolha foi a abundância — do artigo principal da edição de Agosto do «Marxism Today», revista mensal que leva em epígrafe «Theoretical and discussion journal of the Communist Party». Como sempre odiei o «fartar vilanagem» e começo a estar cansado da euforia mercantilista, optimista e fundamentalista liberal, tive curiosidade de ir ver, nesta «grande crise», o que estarão a fazer, a dizer e a escrever os comunistas ingleses. Tenho muito respeito pelos ingleses.

No Collets' — entre T-shirts da Nicarágua e do Mandela, posters do Lenine e dezenas de jornais e revistas que sustentam coisas mais ou menos absurdas, tontas e lastimáveis, arrebanhei uma meia-dúzia de publicações que me pareceram mais representativas. (Do Conselho Editorial do «Marxism Today» faz parte Eric Hobsbawm, por quem, desde a «Era das Revoluções» tenho um grande respeito intelectual...).

Voltando ao Terceiro Mundo, a que era consagrado este número do

«Marxism Today»; «The Third World (1950-1990) RIP» (O Terceiro Mundo 1950-1990, que descanse em paz) era o artigo principal, assinado por Melvin Westlake. São dele as citações do princípio, eloquentes quanto ao seu pensamento. Da mitologia mobilizadora das «novas esquerdas» médio-burguesas, estudantis, «crístãs», revolucionárias da Europa e das Américas, o terceiro-mundismo apresenta agora um balanço caótico e negativíssimo. E reconhece-se que ele — o terceiro-mundismo — foi o maior flagelo que se abateu sobre os povos do Terceiro Mundo. Quando, contidos pela Guerra-Fria, desacreditados intelectual e moralmente, os teóricos do marxismo integral ou heterodoxo, vermelho ou verde, transferiram para os novos Estados da África, Ásia e América Latina os seus projectos de engenharia e planificação económico-sociais, foi a catástrofe. As experiências mais estúpidas, mais paranóicas, mais ridículas, mais contrárias à natureza humana e à tradição histórico-cultural das sociedades foram também ali desencadeadas. E esses pobres povos da África e da Ásia, a quem a própria Natureza

situou em áreas de risco, viram-se assolados por essa praga de ideólogos-cooperantes, assessorados pelo terrorismo policial dos regimes de tiranetas ubucosos, transformados em guias da humanidade.

A África Austral — particularmente a lusófona, isto é Angola e Moçambique — foi também uma vítima de eleição desta subcultura marxista-tropical introduzida em 1974-75, via ideólogos do fundamentalismo esquerdista, e quejandos dos voluntários para «a construção do socialismo». Porque a desgraça da guerra civil não pode fazer esquecer o outro lado da tragédia — o modelo socialista. E não porque, como às vezes vulgarmente se comenta, o comunismo fosse ali mal aplicado. Foi bem aplicado, isto é de acordo com as vulgatas e cassetes apropriadas. Num espírito bem simbolizado pela resposta de um membro do Comité Central do MPLA-PT, deu, há um par de anos a um político português do PS, que o interrogava sobre as suas funções na orgânica do Partido: «As minhas funções são verificar que a evolução da sociedade se faça de acordo com as regras científicas...»

Devido também à existência no poder, de criaturas desta estirpe e às suas ideias imbecis — e sempre insistirei que há ideias sobre o homem e a sociedade que, aplicadas, podem ser mais nocivas que uma dúzia de bombas atómicas — a África Austral está ameaçada no seu futuro próximo. E, como em toda a boa prática devemos começar pela formulação da boa teoria — («não há nada mais prático que uma boa teoria») gostaria de lembrar:

Que os recursos humanos são o problema-chave do desenvolvimento. E que a região sendo nitidamente deficitária em tal matéria, tem que conseguir soluções políticas e sociais que fixem aquelas que produzem (3/4 dos quadros africanos formados hoje no exterior não regressam) e atraem os restantes.

Que tal significa pacificação interna e regional e, sobretudo a não repetição de políticas radicais e demagógicas que levam ao exodo consequente dos elementos mais qualificados. (Não fazer, por exemplo, na R.A.S. o que se fez em Angola e Moçambique em 1974-75).

Que os recursos naturais regionais em muitos casos como em termos de transportes, energia, apresentam uma estrutura de complementaridade económica que aconselha e determina a cooperação regional.

Que em termos globais, a Europa é o parceiro natural — pela História, pelo capital e tecnologia disponível — da África Austral.

Que o tempo é relativamente escasso para aproveitar no plano económico-social, as perspectivas abertas pelo decréscimo da conflitualidade.

Quer dizer, se não houver uma próxima e adequada consequência na melhoria económico-social das populações, a renda psicológica da paz em si e por si — que é importantíssima — virá a ser comprometida.

Mas também qualquer corrida eufórica de patos-bravos ao negócio fácil — corrompendo, aproveitando, saqueando — poderá dar uma imagem negatíssima de Portugal e dos portugueses, isto num momento em que ela é a excelente. E que não se pode perder.

Congresso Nacional Africano está a aprender com os erros do Leste

Sucesso económico da África do Sul depende da dedicação do empresariado

— palavras de Ramaphosa, ao apresentar um ANC moderado ao sector privado

Os empresários com negócios na África do Sul não

precisam de fazer as malas e deixarem o País por temerem políticas futuras do ANC no sector económico, assegurou o novo secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, a uma delegação

da Câmara de Comércio Anglo-Sul-Africana que se encontra de visita ao País.

Numa das palestras mais conciliatórias sobre política económica jamais feitas por um dirigente do ANC, Ra-

maphosa disse que o sucesso económico da África do Sul depende da dedicação da comunidade empresarial.

Ele disse que o programa económico do ANC estará

concluído até ao fim do ano, acrescentando que a comunidade empresarial ficará satisfeita com os seus resultados.

NÃO VAI HAVER NACIONALIZAÇÕES MACIÇAS

Ramaphosa afastou a possibilidade de nacionalizações maciças e de medidas punitivas contra as grandes companhias como forma de redistribuição da riqueza.

Mas advertiu que a estatização de algumas companhias privadas será inevitável, já que o ANC «terá que responder às necessidades do povo para restaurar a paz e a harmonia na África do Sul».

O secretário-geral do Congresso Nacional Africano disse que a política económica do ANC será «o mais justo, mais adequado e mais igualitário» sistema disponível para a África do Sul e visará manter a posição económica do País como a mais avançada da região.

O ANC e os seus aliados têm aprendido com os erros da Europa de Leste, da União Soviética e outros Estados africanos, e a estrutura económica resultante será diferente e única para a África do Sul, esclareceu o orador dirigindo-se aos homens de negócios britânicos.

Ramaphosa criticou a «deslealdade económica» da Anglo American e de outras grandes companhias que exportam capitais do País, referindo que a África do Sul precisa desses recursos.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

5 AGOSTO 1991

Zach de Beer diz que De Klerk «marcha na corda bamba»

O líder do Partido Democrático Sul-Africano, Zach de Beer, considerou que as declarações proferidas pelo presidente FW de Klerk constituíram uma exibição inexpressiva de «marcha na corda bamba».

O dirigente democrata prestava a primeira reacção pública à conferência de imprensa concedida terça-feira passada pelo chefe de Estado sul-africano, centrada na controvérsia sobre a atribuição de fundos públicos ao Partido Inkatha.

Zach de Beer referiu, neste contexto, que a eficácia de FW de Klerk foi reduzida pelas «loucuras» cometidas pelo executivo sul-africano.

«Por um lado, De Klerk considera que o processo de negociações só pode continuar se fizer algo que o distancie das acções do seu Governo», sublinhou. Por outro, não quer minar a força do próprio partido nas negociações», disse De Beer.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 DE AGOSTO DE 1991

FIAA recusa integrar África do Sul

O CONSELHO da Federação Internacional de Atletismo, reunido em Tóquio, recusou a integração plena dos atletas sul-africanos. «Continuam a verificar-se algumas manifestações de *apartheid* na África do Sul», diz o relatório da FIAA, concluindo não estar ainda completo «o processo de abolição da segregação racial» no desporto daquele país. A falta de unidade e planificação para acções concretas foi, de resto, evidenciada através da presença de apenas uma associação no Japão, a SAAAU (considerada de tendência «branca»), sendo de notar a ausência de dirigentes das federações ditas «negras». Estas conclusões terão de ser, no entanto, submetidas ao próximo Congresso Mundial de Atletismo, ao qual não poderá assistir o Comité de Atletas da África do Sul.

6 August 1991



Southern African Research and Documentation Centre
 Box 5690, Harare, Zimbabwe Tel. 737301 Telex 26035 ZPH ZW

STATEMENT OF THE NATIONAL WORKING COMMITTEE OF THE ANC ON STATE-SPONSORED VIOLENCE AND FUNDING OF INKATHA

Following the disclosures of state sponsorship of Inkatha to serve as a force to counter the influence of the ANC and the involvement of the SADF Special Forces and mercenaries in the perpetration of the violence in the PWV region and Natal the National Working Committee (NWC) of the ANC met in emergency session today, Monday 22nd July, 1991.

The consensus at the meeting was that the facts that have come to light pose a grave threat to the entire peace process. They are a clear indication that the de Klerk government has been pursuing a twin-track strategy of posing as committed to peace while waging a ruthless war against the democratic movement in general and the ANC in particular. The NWC was of the unanimous view that the shocking revelations about the SADF, using foreign mercenaries to massacre South African citizens in their homes at places of recreation and on the public transport system are inextricably connected to the multi-million rand special slush fund set up to finance Inkatha in order to shore up its sagging political fortunes as an opposition to the ANC.

The NWC rejects with contempt the hollow double talk offered by Minister Adriaan Vlok and his colleagues to explain away this abuse of public funds for blatantly partisan political purposes. We are equally alarmed by the cavalier manner in which Chief Minister Buthelezi shrugs off his responsibility concerning receipt of government funds channelled through the Security Police to a movement he leads.

The conduct of the de Klerk government accepted by many in South Africa and abroad as committed to dismantling apartheid demonstrates that the covert operations, State murder squads, secret funds to corrupt and buy support and other dirty tricks that became infamous in the days of Vorster and Botha remain features of the government's arsenal till this day. The expose underscores the pressing need for an interim Government so structured as to enjoy the confidence of the majority of South Africans. It is clear the incumbent regime cannot be trusted to preside over the transition from apartheid to democracy.

We challenge President de Klerk and his cabinet to put an end to these sinister practices. The country will not be robbed off with a second version of the Harms Commission or some other cover-up. As a token of his commitment to cleansing his administration and keeping the search for peace on track we demand that President de Klerk:

- dismiss from public office Ministers Vlok and Malan who bear direct ministerial responsibilities for the crimes that have been committed.
- institute a multi-party commission of enquiry to investigate with the utmost rigour the full extent of government involvement in the violence and secret funding of political activities.
- visibly and publicly dismantle all the special counter insurgency forces of the SADF and the SAP, including those composed of foreign mercenaries.
- open up to public scrutiny the secret fund, in the region of 380 million rands that has been budgeted by his government.

- give guarantees that all public spirited civil servants and other state employees who come forward to tell the truth about these covert operations will be immune from prosecution and receive protection.
- charge and put on trial all police officers and SADF personnel who have been identified by past Commissions as culpable for perpetrating violence against citizens exercising their rights.

The ANC and the people of South Africa shall measure the seriousness with which the government regards the present impasse by its response to these demands.

We also wish to alert the international community to the danger of too hasty a lifting of sanctions against apartheid South Africa. Those who accepted the bonafides of the de Klerk government as an agency for political change should seriously reconsider their position. Apartheid remains the order of the day in South Africa and the government is as determined as ever to repress through violence the strivings of our people for democracy.

The ANC addresses a special appeal to members of the security forces and other government departments not to permit themselves to be used as instruments of the National Party's narrow partisan designs. For the sake of the future of your country those of you who are aware of such activities should consider it your public duty to step forward and reveal all you know.

The ANC addresses an appeal also to the rank and file members, supporters and any responsible leaders of Inkatha not to permit themselves to be misused for the heinous political purposes of the minority regime and a leadership with a double agenda they know nothing of. Your confidence and trust has been abused and the organisation you put faith in has been reduced to a paid agent of the South African Police. Act now to stop the rot!

The NWC of the ANC has taken a decision to convene a full plenary of the National Executive Committee for not later than Wednesday July 31 to discuss the full implications of these developments and the government's response to our demands.

Issued by the African National Congress (ANC)
 Department of Information and Publicity
 P O Box 61884
 Marshalltown 2307, RSA
 22 July, 1991

This statement received by fax has been retyped for clarity of reading.

THE LIST OF THE NATIONAL WORKING COMMITTEE OF THE ANC

1. PRESIDENT - NELSON MANDELA
2. DEPUTY PRESIDENT - WALTER SISULU
3. SECRETARY-GENERAL - CYRIL RAMAPHOSA
4. DEPUTY
SECRETARY-GENERAL - JACOB ZUMA
5. TREASURER-GENERAL - THOMAS NKOBI
6. THABO MBHEKI (DIRECTOR OF DEPT. INTERNATIONAL AFFAIRS)
7. CHRIS HANI (CHIEF OF STAFF OF UMKHONTO WESIZWE)
8. PALLO JORDAAN (HEAD DEPT. INFORMATION AND PUBLICITY)
9. TERROR LEKOTA
10. POPO MOLEFE
11. VALLI MOOSA
12. JOE SLOVO (GENERAL-SECRETARY SACP)
13. RONNIE KASTRILS
14. JOE NHLANHLA (PRESIDENT'S OFFICE)
15. PETER MAYIBUYE (REGIONAL HEAD ANC NORTHERN TRANSVAAL)
16. SYDNEY MAFUMADI (ASSISTANT GENERAL-SECRETARY COSATU)
17. JOHN NKADIMENG
18. JOE MODISE (ARMY COMMANDER UMKHONTO WESIZWE)
19. TREVOR MANUEL
20. CHERYL CAROLUS
21. BARBARA MASEKELA (ADMINISTRATOR IN PRESIDENT'S OFFICE)
22. STEVE TSHWETE (NATIONAL ORGANISER)
23. EBRAIM ISMAIL
24. ZOLA SIKWEYIYA (HEAD DEPT. LEGAL & CONSTITUTIONAL AFFAIRS)
25. ALFRED NZO

Acordo em Joanesburgo

O GOVERNO sul-africano, o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela e o partido zulu Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, concluíram, na noite de quarta-feira em Joanesburgo um projecto de acordo de paz destinado a pôr fim à violência nos ghettos negros durante o período de transição para a democracia. O texto do acordo, composto por cinco pontos, e cujo conteúdo completo não foi tornado público, deverá ser assinado, a 14 de Setembro, pelos três partidos que o elaboraram mas também por "outros partidos e organizações", anunciou ontem o "Grupo para a Iniciativa de Paz Nacional", que organizou a iniciativa de paz, num comunicado divulgado ontem. É a primeira vez que o Governo, o ANC e o Inkatha, as três principais forças implicadas na violência, chegam a um acordo para interromper os confrontos, que fizeram já mais de dois mil mortos, nos últimos doze meses, nas cidades dos arredores de Joanesburgo. Numa dessas cidades, Alberton, dezenas de manifestantes de extrema-direita tomaram ontem posições no local onde De Klerk deveria assistir a uma reunião do seu partido. ■

Violência na África do Sul

PELO menos 23 pessoas morreram e 53 ficaram feridas nos distúrbios ocorridos desde sexta-feira em Alexandra, um subúrbio negro situado a Norte de Joanesburgo, informou ontem a polícia. Desde há alguns meses, Alexandra tem sido cenário de confrontos entre habitantes de residências para trabalhadores imigrantes, favoráveis ao grupo zulu Inkatha de Mangosuthu Buthelezi, e os naturais da cidade, maioritariamente simpatizantes do ANC de Nelson Mandela. ■

CONFRONTOS E NEGOCIAÇÕES NA ÁFRICA DO SUL

O ex-ministro sul-africano da Lei e da Ordem, Adriann Vlok, declarou ontem "zona de distúrbios" a cidade satélite negra de Alexandra, a norte de Joanesburgo, onde violentos confrontos entre grupos negros rivais provocaram, desde sexta-feira, 28 mortos e mais de 70 feridos. Um porta-voz de Vlok referiu ainda que reforços policiais foram enviados para a cidade, onde vigora o recolher obrigatório entre as 21 horas e as 4 horas da manhã. Entretanto, a imprensa sul-africana afirmou que poderia ser assinado ainda ontem um acordo de paz entre o Governo e os dois maiores movimentos negros de oposição. Representantes do Governo, do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Inkatha ter-se-ão encontrado ontem nos arredores de Joanesburgo para discutir o plano de paz que começou a ser negociado em Junho. O sucesso das conversações poderá abrir caminho para a elaboração de uma nova Constituição não racial na África do Sul.

Itália financia Pretória...

A ABERTURA de uma linha de crédito de 150 milhões de dólares (mais de 23 milhões de contos) emanante de um consórcio de bancos italianos a favor da África do Sul foi ontem oficialmente assinada em Pretória, na presença do ministro italiano do Comércio Externo, Vito Lattanzio. ■

Conselho de Estado debate a violência

O CONSELHO de Segurança do Estado reuniu-se ontem na África do Sul, a fim de estudar as formas de evitar uma repetição do tiroteio entre a polícia e a extrema-direita que tentou interromper um discurso do Presidente De Klerk. Fontes governamentais disseram que a batalha de sexta-feira, no bastião neo-nazi de Ventersdorp, onde três pessoas morreram e 58 ficaram feridas, seria alvo de uma particular atenção dos conselheiros.

Cerca de 2 mil membros do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), na sua maior parte armados e com uniformes de caqui, envolveram-se em conflito com a polícia que os impedia de se aproximar do local onde Frederik de Klerk falava a militantes do Partido Nacional.

O ministro cessante da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, disse antes da reunião de ontem, que estava a pensar decretar o combate às armas de fogo e aos exércitos privados, como o grupo paramilitar do AWB.

A violência verificada a semana passada em Ventersdorp foi o primeiro caso fatal entre a polícia e a extrema-direita branca, que há dez anos se afastou do Partido Nacional, numa manifestação de protesto contra as concessões feitas à maioria negra da população, que totaliza 26 milhões de cidadãos.

Domingo, na Televisão, o líder do AWB, Eugene Terre Blanche, afirmou que os seus homens apenas tinham armas e escudos de metal para se protegerem: "Um branco desarmado neste país, nesta perigosa África do Sul do Partido Nacional, é um branco morto".

Receia-se que a extrema-direita venha a dar muito trabalho ao partido até agora no poder, mas os analistas não creem que ela venha a constituir uma ameaça muito séria para as conversações constitucionais sobre o futuro do país.

Exércitos privados

Vlok, que no fim deste mês deixa a pasta da Lei e da Ordem, observou por seu turno que seria bom tentar a cooperação dos diferentes partidos políticos e convencê-los de que os exércitos privados são desnecessários.

Um porta-voz da polícia, Leon Mellett, declarou entretanto que a proibição dos exércitos privados tanto teria de se aplicar ao AWB como ao ANC, cuja ala militar tem entre 10 mil e 15 mil homens e é conhecida por Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação).

O ANC já suspendeu a sua luta de guerrilha contra a

administração branca da África do Sul, mas decidiu manter o treino militar no estrangeiro, de modo a ter homens prontos a integrarem as futuras Forças Armadas.

O encarregado dos serviços técnicos da localidade de Ventersdorp, Cornelius Terre Blanche, compareceu ontem no tribunal devido ao facto de a corrente eléctrica da povoação ter sido cortada antes do Presidente De Klerk falar. Deverá ser julgado no dia 24 de Setembro.

Entretanto, mais 14 pessoas foram mortas em novo surto de violência verificado durante o fim de semana nas localidades negras, incluindo 10 em incidentes que a polícia disse terem sido protagonizados, em Alexandra, por partidários do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Partido Inkatha.

Testemunhas disseram que militantes do Inkatha, com machados, ferros afiados e paus, se dirigiram a um amontoado de casas humildes e começaram a atacar quem lá morava.

Milhares de mortos

Cerca de 5500 pessoas morreram em mais de três anos de rivalidade entre aqueles dois grupos negros. Perto de 1400 dessas mortes verificaram-se na zona de Joanesburgo desde há um ano, altura em que a carnificina deixou de ser fundamentalmente na província do Natal.

Nelson Mandela tem dito que a polícia não está interessada em acabar com a guerra entre os diferentes grupos étnicos da África do Sul ou então se encontra em conluio com o Inkatha para assassinar militantes do ANC.

O Inkatha desmente as acusações, alegando que muitos dos seus partidários têm sido mortos pela polícia. Mas recentes dados vindos a público confirmaram a ideia de que as autoridades simpatizam muito mais com o partido de Mangosuthu Buthelezi do que com o de Nelson Mandela.

Ontem, na Austrália, o vice-presidente do ANC, Walter Sisulu, acusou uma vez mais o Governo do Presidente De Klerk de fomentar a violência, como forma de continuar no poder. Sisulu afirmou durante um comício, em Sydney, que não haverá paz na África do Sul enquanto o actual executivo não for substituído por um Governo multi-racial. E acrescentou que dentro de dois meses se formará "uma frente patriótica", a fim de se organizar um congresso de todos os partidos, destinado a estabelecer o desejado Governo interino. ■

África do Sul

Uma bala para De Klerk

Eugene Terreblanche, líder da extrema-direita branca, promete lutar até ao fim

Phillip Van Niekerk
e Ciska Matthes
Joanesburgo

EUGENE TERREBLANCHE tirou do bolso uma bala verdadeira, colocou-a sobre o balcão do bar, em frente de uma mulher de cabelo louro ondulado, e ironizou: «Esta aqui é para o De Klerk».

Os sete homens, reunidos no apertado «Ladies Bar» do hotel Ventersdorp, encontravam-se estranhamente bem-dispostos, se atendêssemos aos acontecimentos que haviam abalado a cidade nas últimas 24 horas.

Terreblanche comandara um grupo de dois mil membros do seu Movimento de Resistência Africana (AWB, neo-fascista) em confrontos com negros e com as forças policiais, que se saldaram em três mortos, todos do AWB.

Foi a primeira vez que se verificaram mortes em confrontos entre a polícia e a extrema-direita branca, e o Conselho de Segurança do Estado da África do Sul viu-se obrigado a reunir, esta semana, para debater formas de evitar a repetição de novos confrontos do género. A proibição das armas de fogo na posse de civis e o combate aos exércitos privados, como o AWB, foram algumas das medidas preconizadas.

No passado fim-de-semana, vidros partidos e arame farpado ainda se encontravam espalhados pelas ruas de Ventersdorp, a oeste de Joanesburgo. Os veículos blindados, estacionados junto ao posto de Polícia, tinham sido pintados com uma foíce e um martelo, ao lado da sigla NP (as iniciais do Partido Nacional, no Governo), e os seus pneus encontravam-se furados.

O contingente internacional de jornalistas tinha já partido, quando tropeçámos com o barbudo Terreblanche, o homem de quem dependem os medos e as esperanças de uma rebelião branca direitista, bebendo sucessivamente vários copos de conhaque misturado com Coca-Cola.

Perguntámos, inocentemente, o que se tinha passado.

«Eles mataram três dos nossos», disse Terreblanche, num tom denotando grande indignação, claramente magoado com o facto de terem sido *boers* os autores de tão cobarde acto. «Eu pedi-lhes que não disparassem, mas, mesmo assim, eles dispararam — tanto à minha esquerda como à direita».

«Tratava-se de homens com mulheres e filhos». A sua voz soava com o habitual estilo oratório, à medida

que nos informava que todo o lamentável episódio fora um ultraje contra *boers* inocentes, que exerciam simplesmente o seu direito, como contribuintes, de ouvir falar o presidente.

Lembrámos a Terreblanche que constava que elementos do AWB tinham atacado, de forma brutal, vários cidadãos negros inocentes.

Terreblanche ripostou-nos com um olhar cheio de desconfiança, e explicou: «Sem nenhuma razão aparente, sete conspiradores dirigiram as suas viaturas bem para o meio da nossa gente. Pensamos que tenham sido enviados pelo Partido Nacional. Ou talvez pertencessem ao Inkhata».

Perguntámos a Terreblanche se achava que De Klerk se dirigira a uma zona de grande influência do AWB, somente para provocar uma confrontação com os seus membros, recuperando assim, novamente, o apoio internacional ao Governo, largamente perdido depois do Inkhatagate.



Eugene Terreblanche
Os neonazis sofreram baixas, pela primeira vez, em confrontos com a polícia

Seguiu-se um breve silêncio, enquanto Terreblanche parecia meditar na ideia. Então, virou-se para um homem, conhecido pela alcunha de «Professor», e perguntou: «Ouviu isto?».

Que fariam eles agora?
«Vamos rezar», afirmou Terreblanche.

«Agora vai ser a guerra», acrescentou o «Professor». «Trata-se da nossa terra», disse. «Obtivemo-la através da luta. Se eles no-la querem tirar, vão ter que lutar por isso. Dar-lhes-emos combate até ao fim, e nunca nos renderemos».

Canções tristes

O bar parecia mais calmo, à medida que as bebidas continuavam a sair, o barulho diminuiu e os olhos de Terreblanche tomaram-se mais pequeninos e concentrados nas mulheres da sala. «Eu gosto de mulheres», resmungou.

Um homem moreno e misterioso, vestindo um uniforme de cor clara e

um chapéu de marinheiro, com as mãos cobertas de anéis de ouro e braceletes, sem dúvida um dos convidados especiais e simpaticamente do AWB, anunciou ser um basco. Apenas com intervalos momentâneos, ele e Terreblanche falaram em surdina. Terreblanche parecia demonstrar uma particular simpatia pelos movimentos separatistas. Todas as nações lutam por um lugar ao sol, disse o líder da extrema-direita, dando o exemplo de Israel e da Europa oriental.

«Como poderíamos alguma vez dar a África do Sul a Mandela, e permitir-lhe que governasse os *Boers*?», perguntou Terreblanche. «Ele nem é sul-africano — mas sim do Transkei».

O «Professor» e outro homem, conhecido como «Doutor» — de Geologia, informou-nos Terreblanche («ele estuda as rochas») —, já sob o efeito do álcool, começaram a

cantarolar cantilenas tristes dos *boers*, que tocam o coração africano.

«Cantem-nos mais canções tristes», pediu Terreblanche.

«Não, mais canções tristes não», disse uma mulher que se encontrava no bar, franzindo o nariz. «As canções tristes são para os *kaffirs* (negros)».

Também os funerais políticos, ao que parece, são para os *kaffirs*. Terreblanche desistiu da ideia de um grande funeral para as vítimas que tomaram nos confrontos de Ventersdorp. «Não somos o Congresso Nacional Africano. Nós, *Boers*, temos funerais familiares».

O tom racista da conversa agravou-se à medida que a noite avançava. «Não gosto nada de

judeus», repetia, constantemente, o «Professor», que afirmou deter várias minas de ouro e diamantes, explicando que «os judeus mataram-nos durante a guerra *Boer* e roubaram as nossas minas».

Quando partiu, Terreblanche perguntou-nos com ar de desprezo: «Pois, agora já encontraram a direita armada. Ainda pensam que somos terroristas?»

«Eu não sou racista», continuou. Então, com um gesto de exagerado cavalheirismo, beijou a mão da jornalista, e disse: «Que uma luz branca ilumine o seu caminho».

Quando a jornalista pareceu desconcertada com a afirmação, Terreblanche afirmou, com ar triunfante: «Está a ver? Você é uma racista. Já alguma vez viu uma luz negra?».

Deixando-nos a meditar no sentido da frase, o auto-proclamado campeão da causa *Boer* saiu do bar de Ventersdorp.

«The Guardian»/«O Jornal»

Exilados podem regressar

Alexandra Prado Coelho

Pretória cedeu a uma das principais exigências do ANC: os 40 mil exilados políticos sul-africanos vão ser autorizados a regressar. O acordo foi estabelecido com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que deverá agora ocupar-se da repatriação e instalação.

Os cerca de 40 mil exilados políticos da África do Sul poderão voltar ao país, graças a um acordo estabelecido ontem — ao fim de 500 dias de negociações — entre o Governo de Pretória e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A ONU dispôs-se a colaborar na repatriação dos exilados, desde que as autoridades sul-africanas concedessem uma amnistia geral a todos os acusados de crimes políticos. Os presos de delito comum e aqueles que se encontram detidos na África do Sul não são abrangidos por esta amnistia.

Como a definição de crime político pode levantar dúvidas, ficou estabelecido que um grupo de juizes sul-africanos será encarregue de analisar os casos mais polémicos.

Segundo Nicolas Bwakira, responsável pela divisão africana do Alto Comissariado, a medida aplica-se a todos os que deixaram a África do Sul antes do dia 8 de Outubro de 1990, mas o Governo dispôs-se já a considerar os casos dos que partiram depois dessa data. "Ninguém será acusado de crimes políticos cometidos antes ou durante o exílio", explicou Bwakira.

O ACNUR recusara a referência a 8 de Outubro no acordo por considerar que o estabelecimento de uma data-limite excluiria os 1200 sul-africanos que deixaram o país depois disso.

A notícia do acordo entre o Governo de Frederik De Klerk e a ONU foi dada ontem por al-

guns jornais sul-africanos, antes de ter sido confirmada, durante a manhã, por uma representante do ACNUR. O "Business Day" comentava a propósito que, a confirmar-se a amnistia, o Presidente De Klerk dava mais uma prova do seu empenhamento em afastar os últimos obstáculos às negociações com os movimentos negros. Antes do anúncio oficial, um porta-voz do Congresso Nacional Africano (ANC) recusou-se a comentar o acordo, sublinhando que o seu movimento não participara nas negociações.

Amnistia era uma das exigências do ANC

A amnistia para os exilados políticos tinha sido uma das principais exigências do ANC para iniciar conversações com o Governo de Pretória. Mas, em Dezembro do ano passado, as autoridades sul-africanas limitaram-se a decretar uma amnistia selectiva para os exilados que tinham sido acusados de deixar o país ilegalmente. Na altura calculou-se que esta amnistia, acordada numa reunião entre o Governo e o ANC, poderia abranger cerca de 20 mil pessoas.

Durante as negociações que levaram à conclusão do acordo de ontem, o ACNUR

insistiu na definição exacta do carácter da amnistia para evitar a repetição do que aconteceu no final do ano passado, quando vários exilados regressados ao país foram novamente detidos e interrogados.

Dias depois do anúncio da amnistia, onze exilados políticos — todos eles militantes do ANC ou do movimento negro rival, Congresso Panafricano — regressaram à África do Sul, ao mesmo tempo que os responsáveis de Pretória concediam a autorização para o retorno de outros 790.

A grande maioria dos exilados sul-africanos vive em países vizinhos da África do Sul, como a Zâmbia, o Botswana, Angola, Tanzânia, Zimbabué, Moçambique, Lesoto ou Suazilândia. No total, encontram-se espalhados por 40 países em todo o mundo.

O acordo ontem concluído permitirá à ACNUR abrir a sua primeira delegação na África do Sul nos últimos 30 anos, o que poderá acontecer já dentro de duas semanas. Para além do transporte, as Nações Unidas ocupar-se-ão do registo e da instalação dos exilados, para o que, em princípio, contava com uma contribuição de Pretória. Mas, segundo tudo indica, o Governo de De Klerk está decidido a contribuir apenas sob a forma de prestação de serviços. Os custos totais da operação de

repatriamento foram calculados entre os 35 e os 40 milhões de dólares e a ONU prepara-se agora para apelar a um financiamento da comunidade internacional.

Conferência em Outubro

Na véspera deste acordo, o Governo, o ANC e o movimento zulu Inkatha estabeleceram as bases de um outro acordo, destinado a pôr fim à violência nos "ghettos" negros. O ministro do Desenvolvimento constitucional, Gerrit Viljoen, declarou ontem numa entrevista publicada pelo jornal "Beeld" que as negociações tripartidas poderão ser o ponto de partida para uma conferência que reúna todos os partidos, em Outubro próximo.

O "acordo de princípio" estabelecido quinta-feira deverá ser ratificado durante uma convenção de paz que se realizará em Joanesburgo em Setembro. O fim da violência nos subúrbios negros era outra das exigências colocadas pelo ANC para as conversações com o Governo. O movimento de Nelson Mandela tem vindo a acusar Pretória de fomentar a violência entre grupos negros rivais. Estas acusações ganharam maior credibilidade quando, recentemente, o Governo admitiu ter financiado o Inkatha. ■



De Klerk dá mais um passo para afastar os obstáculos à negociação com o ANC, de Nelson Mandela

Extremistas afrikaners confrontam De Klerk

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE AGOSTO DE 1991

UMA AÇESA polémica estalou na África do Sul, questionando-se se o líder neonazi Eugene Terreblanche é de facto um alcoólico e um mulhengo e se realmente colocou uma bala no balcão de um bar dizendo: «Esta é para de Klerk.»

A discussão sobre a verdadeira personalidade do racista mais conhecido da África do Sul assume particular significado neste momento em consequência da extraordinária «Batalha de Ventersdorp», na sexta-feira da semana passada, durante a qual três membros do Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB), o partido de Terreblanche, foram mortos num combate armado com a polícia.

Já há muito tempo que não se verificavam mortes na África do Sul em confrontos entre brancos, e a cena passada no bar — um facto crucial para a tomada de posição da comunidade branca quanto aos violentos incidentes de Ventersdorp — voltou a trazer para a primeira página dos jornais a luta entre a Administração reformista do Presidente Frederik De Klerk e os ultras da extrema-direita.

Os confrontos desencadearam-se na passada sexta-feira, quando o AWB tentou impedir a realização de um comício político onde o Presidente De Klerk deveria falar. Ventersdorp, uma pequena comunidade a oeste de Joanesburgo, é a sede do movimento neonazi e a decisão do partido governamental Nation Party de aí realizar um comício

enfureceu os neonazis.

Centenas de polícias foram enviados para a cidade para assegurar que o comício decorresse pacificamente. Formaram barricadas humanas, protegidas por arame farpado, que bloqueavam o acesso ao recinto onde De Klerk iria falar. Mas várias centenas de membros do AWB, conduzidos por Terreblanche, conseguiram penetrar no recinto alegando que queriam entregar uma petição. Quando depararam pela frente com o cordão da polícia a luta rebentou, tendo ambos os lados lançado bombas de gás lacrimogéneo, tendo recorrido em seguida a armas de fogo.

Ainda não são claras as circunstâncias exactas que levaram à morte dos três homens do AWB. Aparentemente, pelo menos um foi morto pelos disparos da polícia. Mas os outros dois poderão ter morrido na sequência de um atropelamento por um veículo não identificado. Em dada altura, a polícia teve de se expor ao fogo das espingardas dos neonazis para salvar uma família negra, apanhada no meio da confusão quando se deslocava num táxi.

Guerra de insultos e acusações

A batalha de Ventersdorp foi seguida por uma guerra de insultos e acusações entre o Governo e os ultras sobre a responsabilidade pelos incidentes que levaram «afrikaners» a matar «afrikaners». O Partido Conservador, de direita, que é a opo-

sição oficial no Parlamento branco da África do Sul, protestou contra o facto de o Governo ter unidades do exército em alerta perto da cidade. Por seu turno, o Presidente De Klerk acusou com desprezo o AWB de tentar matar polícias que estavam a agir «no cumprimento do dever». Também foram feitas acusações de que os homens do AWB tinham estado a beber antes dos confrontos.

O barulho recrudescerá esta semana em consequência de um artigo publicado na imprensa holandesa, escrito por dois jornalistas que estiveram num bar de Ventersdorp no sábado, o dia a seguir aos incidentes. Para seu espanto, a certa altura descobriram que quem estava ali a beber com eles era o próprio Terreblanche.

No artigo que escreveram posteriormente, os dois jornalistas, um dos quais uma mulher, descreveram o comportamento de Terreblanche, aparentemente já bêbado, pois «emborcara uma série de brandies misturados com coca-cola». Segundo eles, quando assentou a bala no balcão do bar o líder neonazi «dava risadas». «Os olhos de Terreblanche estreitavam-se quando fixava as mulheres presentes no bar... 'Gosto de mulheres', dizia entre dentes», segundo o relato dos jornalistas. «Dois homens do AWB, com um banjo e uma guitarra e igualmente bêbados, cantaram então com ele canções sentimentais 'afrikaners'».

A reportagem foi repescada e publicada pela imprensa sul-africana e deu imediatamente origem a uma tempestade. Terreblanche emitiu uma declaração negando as acusações e dizendo que a jornalista é que estava embriagada. Para azar do líder neonazi, descobriu-se que a jornalista é uma fanática que não toca em bebidas alcoólicas.

Buthlezi também em apuros

A questão relativa ao comportamento de Terreblanche é importante pois a sua carreira já quase fora destruída por um escândalo envolvendo uma cronista de língua inglesa. Nesse escândalo também era referido um comportamento semelhante devido ao excesso de álcool. Aparentemente, Terreblanche sente-se muito atraído pelas mulheres, tendo a cronista envolvida no primeiro escândalo descrito como é que ele a «seduziu» com os seus «olhos fulminantes». Contudo, a acreditar nas pessoas de Ventersdorp presentes no bar, parece que a luz dos tais «olhos fulminantes» se está a apagar sob a acção do álcool. Dizem que Terreblanche é um frequentador assíduo do bar e que os empregados já se queixaram muitas vezes do seu comportamento.

Como autoproclamado líder de uma comunidade — a afrikaner — que se orgulha do seu puritanismo, a moralidade de Terreblanche é um tema quente que poderá

levar à aniquilação da sua carreira política.

Entretanto, Terreblanche não foi o único líder a ter de defender a reputação nesta semana. O chefe zulu Mangosuthu Buthelezi — ainda sob o impacto do golpe causado pelo escândalo «Inkathagate», sobre o financiamento secreto do Inkatha pelas forças de segurança sul-africanas — emitiu uma declaração em que nega as acusações de que a polícia secreta militar tinha treinado apoiantes do seu movimento para actuarem como «esquadrões da morte».

Buthelezi confirmou que fora ministrada instrução a 150 jovens membros do Inkatha, mas insistiu que foi exclusivamente dirigida à protecção de personalidades do movimento. Fornecendo pormenores sobre uma alegada conspiração do ANC contra a sua vida há vários anos atrás, o líder zulu afirmou: «O Inkatha nunca treinou uma única pessoa para actuar em esquadrões da morte.»

A declaração, com cinco páginas e meia, não explica contudo por que razão é que a instrução era ministrada pela polícia secreta militar — e não pela polícia sul-africana — nem por que é que o campo de treinos se situava no Norte da Namíbia, e também não dava explicações para o facto de estar incluído nesse treino o uso de explosivos e de outras armas, desde metralhadoras até morteiros.

David Beresford
em Joanesburgo

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE AGOSTO DE 1991

Pretória tenta solução contra a violência

JOANESBURGO
Do nosso correspondente
David Beresford

UMA solução constitucional do conflito sul-africano ficou esta semana mais próxima com um acordo celebrado entre os três principais partidos para pôr fim à terrível vaga de violência que assola as cidades-satélite e para uma amnistia geral destinada aos exilados.

O esboço do acordo de paz foi conseguido após dois meses de negociações, à porta fechada, entre representantes do Partido Nacional, no poder, do ANC e do Inkatha, do chefe zulu Buthelezi. As propostas, que se afirma terem sido aprovadas pelas figuras-chave das três organizações, poderão levar à constituição de «um secretariado para a paz» e de «comités para a paz» a nível local, regional e nacional. O acordo, se for sancionado em definitivo, será formalmente adoptado numa convenção nacional de paz, que deverá reunir-se a 14 de Setembro.

Aparentemente, o projecto foi modelado segundo um código de conduta negociado a nível da ONU, que permitiu um ponto de viragem na violência verificada durante o processo eleitoral que conduziu à independência da Namíbia em 1989.

Um momento crucial das negociações ocorreu em Genebra, esta semana, com

o acordo sobre uma amnistia geral para os exilados políticos, celebrado entre o embaixador sul-africano na Suíça, bes Manley, e o Alto-Comissariado para os Refugiados da ONU.

O acordo deverá abrir caminho ao repatriamento massivo de exilados, possivelmente por ponte aérea. Calcula-se que cerca de 40 mil pessoas fugiram da África do Sul durante o período do «apartheid», das quais cerca de 2 mil foram regressando ao país nos últimos 18 meses, ao abrigo de uma imunidade limitada.

Não se sabe ao certo quantos exilados quererão regressar. Para muitos deles isso significará um regresso a muitas privações, como o desemprego, a segregação dos filhos nas escolas e a falta de habitação. Entre os que regressaram é visível a revolta por o ANC não conseguir trabalho para todos. Têm tentado sobreviver com subsídios de 500 dólares, que só são aumentados em casos de extrema miséria.

Novas acusações ao Governo

Mas, à medida que a África do Sul trilha o caminho da paz, a credibilidade do Governo continua a ser minada por revelações de operações secretas destinadas a manipular os acontecimentos políticos.

As últimas acusações vieram do director do semanário «Newslink», do Botswana, ao afirmar que o seu jornal foi financiado secretamente pela Polícia Secreta Militar sul-africana. Barry Baxter disse ao EXPRESSO ter sido despedido na semana passada, depois de o informarem de que o jornal estava para venda.

Os problemas financeiros começaram a fazer-se sentir pouco depois de o Presidente Federik de Klerk ter anunciado que seriam suspensas 41 operações secretas.

A história de Baxter reforça as acusações relativas às actividades secretas desenvolvidas pelo Governo de Pretória feitas recentemente por um ex-agente da Polícia Secreta Militar, Nico Basson.

Figura-chave da campanha «suja» desenvolvida contra a SWAPO para lhe tirar a vitória obtida nas eleições de 1989 na Namíbia, Basson afirma que a operação «Newslink» faz parte de uma grande rede de empresas fictícias pertencentes à Polícia Secreta. Segundo declarou ao EXPRESSO, supõe que a rede estará a ser utilizada para lançar uma campanha semelhante à que foi desencadeada na Namíbia, com o objectivo de impedir que o ANC consiga o poder na África do Sul.

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE AGOSTO DE 1991

África do Sul

Igrejas propõem plano de paz

UM plano de paz patrocinado pelas Igrejas da África do sul para acabar com a violência entre os dois maiores partidos negros surge no momento mais oportuno para salvar o Presidente De Klerk da espiral de violência que parecia condenar ao fracasso o seu plano de reformas políticas.

O «Grupo para a Iniciativa Nacional de Paz» (GINP) anunciou quinta-feira que o Governo sul-africano, o Congresso Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela e o Partido Inkhata, de Buthalezi concluíram um acordo para pôr fim à violência política, que será assinado oficialmente a 14 de Setembro.

A organização, que integra líderes religiosos e em-

presários revelou num comunicado divulgado em Joanesburgo que o acordo foi concluído numa reunião em que participaram representantes, não identificados, das três partes envolvidas nos violentos confrontos que ensanguentam as cidades negras e causaram mais de 2 000 mortos nos últimos 12 meses.

O conteúdo do acordo não será publicado mas constitui uma plataforma para a realização, em Setembro, de uma «Convenção de Paz» com a participação do Governo, do ANC e «outros partidos políticos e organizações».

Apesar das muitas indefinições, o «acordo de princípio» suscitou grande interesse nos meios políticos e jornalísticos por ser a primeira vez que as três partes admiti-

ram o princípio de uma mediação nas negociações multipartidárias destinadas a elaborar a nova constituição da África do Sul. Com efeito, teria sido aceite a criação de um organismo suprapartidário, integrando, além dos líderes políticos, representantes das Igrejas, das organizações empresariais e outras associações cívicas, para garantir o respeito dos acordos de não-agressão, examinar as queixas e arbitrar os diferendos que possam surgir.

Um «secretariado multipartidário para a paz» seria também criado para acompanhar os trabalhos da comissão judicial proposta pelo Presidente De Klerk, cujo objectivo é investigar as causas das acções violentas.

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 15 AGOSTO 1991

Extrema-direita sul-africana em apuros

VÁRIOS DIRIGENTES do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB, neofascista) poderão ser presos brevemente, sob a acusação de violência na via pública, após os sangrentos incidentes em Ventersdorp, na passada sexta-feira. De acordo com o jornal pró-governamental «Beeld», diversos militantes do AWB foram já presos na terça-feira. No dia anterior, Piet Rudolph, secretário-geral do partido, foi libertado pelo Tribunal

de Ventersdorp, após ter sido acusado de posse ilegal de armas perigosas e de uso de uniforme. No entanto, foi obrigado a comparecer perante o juiz no próximo dia 23 de Setembro, juntamente com dez outros militantes da organização. Três militantes do AWB foram mortos e 56 pessoas ficaram feridas durante os confrontos provocados por militantes da extrema-direita, que pretendiam interromper um comício do Presi-

dente De Klerk. Em declarações prestadas ontem à France Presse, o ministro da Lei e da Ordem, brigadeiro Leon Mellet, afirmou que no seguimento do inquérito aos incidentes «algumas pessoas poderão ser julgadas em breve». O antigo ministro Adriaan Vlok, que foi substituído por Mellet, afirmou que o Governo iria impor brevemente restrições aos «exércitos privados», mas esclareceu que não seriam proibidos. ■

20 août 1991

AFRIQUE DU SUD : selon la presse nationale

Les organisations noires pourraient être associées à la conduite de l'Etat

JOHANNESBOURG

de notre correspondant

Une forme de partage du pouvoir entre majorité noire et gouvernement de la minorité blanche pourrait être « expérimentée » avant la tenue d'élections générales et l'adoption d'une Constitution multiraciale. C'est ce qui ressort d'un document, publié par la presse dominicale du 18 août, selon lequel, si le pouvoir central et la conduite des affaires de l'Etat doivent rester l'apanage du président De Klerk et de son gouvernement, la majorité noire pourra néanmoins disposer d'un droit de regard sur les activités de l'Etat et, en premier lieu, des forces de sécurité.

D'après une source proche des milieux officiels, le scénario pour une transition en douceur reposerait sur un principe de base : l'association des organisations représentatives de la majorité noire à l'action de l'Etat, à travers un maillage très élaboré de commissions para-étatiques, dotées de pouvoirs étendus.

Des « commissions de paix », fédérées au niveau national et ayant des pouvoirs de police tels que droit de perquisition dans les casernes et commissariats, saisie de documents (...) devraient ainsi être formées. Par ailleurs, des commissions *ad hoc*, constituées de magistrats et de hauts fonctionnaires de

police, disposeront de cours de justice spéciales, habilitées à juger les crimes et délits politiques. L'ANC, le mouvement Inkatha, à dominante zouloue, et le Parti national seront représentés dans tous ces organismes. Pour couronner le tout, un secrétariat permanent de la Commission de paix nationale (NPC) devrait être créé, dans lequel la presse locale voit déjà l'esquisse d'un « embryon de gouvernement intérimaire ». — (Intérim.)



JULIAN KUUS—SIPA

'We are not part of this "new South Africa": Right-wingers attack police in Ventersdorp

Poor, White, South African

Apartheid's decline brings new class resentments

White maids in South Africa? To tradition-minded Afrikaners, it's an affront. Even working-class white women have long considered black domestics as part of their birthright. Scrubbing floors, like digging ditches, was viewed as *kafferwerk*—literally, nigger work. But hard times are forcing some whites down on their knees. In the two months since teacher Babette Schoeman opened an employment agency in a Johannesburg suburb, she has placed more than 40 "European" women in white households as maids. Anita Vuurman, 48, is a former bookkeeper; next week the divorced mother of three will start work as an \$18-a-day domestic in a retirement community. "Nothing gets done for needy whites," she complains.

South Africa's hard-line racists hope to capitalize on such resentments in their uphill battle against the dismantling of apartheid. "We are not part of this 'new South Africa,'" one militant Afrikaner told a reporter at the funeral last week of one of three right-wingers killed while trying to disrupt a speech by President F. W. de Klerk in the right-wing stronghold of Ventersdorp. But the run-in proved that the largely Afrikaner security services will not necessarily break ranks when confronted by angry Afrikaner demonstrators. Whites are apparently going to have to learn to live with de Klerk's plan for pulling the country

out of an 18-month-old recession. He hopes to break the country's economic isolation by acceding to the world's demands that blacks be treated fairly and given a role in government. In doing so, the South African president is striking a pragmatic economic blow at long-protected members of his own white constituency. The National Party has done a great deal for its *volk*, but now the weakest will have to be cut adrift.

The pages of local newspapers are peppered with profiles of people like the unemployed railway messenger from Port Elizabeth who is reduced to washing down black-owned minibuses at \$4 per vehicle. Other whites take temporary jobs as strike-breakers—only to be thrown out of work when the dispute is settled. In the mines, reform has made it possible for thousands of blacks to earn a bigger paycheck but has forced unskilled whites to accept menial jobs, sometimes under black bosses. Outside the middle-class Cape Town suburb of Milnerton, five Afrikaner families have even erected crude shacks in a black squatter camp.

It's an inescapable historical fact that if it hadn't been for apartheid, South Africa would contain far more poor Afrikaners. The turn-of-the-century Boer War devastated an entire class of Afrikaans-speaking farmers, forcing thousands off the land and into the cities. The National Party's

founders were voted into power in 1948 in part on a promise to "uplift" downtrodden Afrikaners, and the ruling party fulfilled that pledge by enacting racist laws that turned state-owned companies like the railways into employment havens for underqualified whites. State-funded universities for Afrikaners helped build a new business and professional class. But the crudest method of giving whites a leg up was abandoned in 1988 with the repeal of "job reservation"—the practice of keeping blacks out of skilled jobs. And today those who have not availed themselves of what were essentially affirmative-action programs for Afrikaners face stiff competition from blacks for entry-level positions.

The number of jobless whites who are registered with the nation's manpower department

has more than doubled in the last year, to nearly 50,000. Destitution is also spreading: the director of a Pretoria charity called *Werk en Oorleef* (Work and Survive) says her organization provides food, clothing and other aid to 5,000 white families, up from 3,000 a year ago. Says Wouter Hoffman of the pro-apartheid Conservative Party: "We have a lot of calls and letters from [whites] who are in dire straits."

Double standard: Such politicians apply a traditional double standard. They complain about unemployment of only 3 percent among the country's 2 million "economically active" whites but say little about black unemployment, estimated at more than 35 percent. Still, theirs is an angry constituency, a white underclass that includes the high-school dropout, the laid-off blue-collar worker and the divorced housewife.

In their bid to turn back the clock, right-wingers are telling poor whites that nobody else cares. In July the Conservative Party founded *Helpmekaar* (Help Each Other), a private agency that coordinates welfare efforts aimed specifically at down-and-out whites. Though the CP's original base was among middle-class farmers, it is gaining support in urban neighborhoods like Jan Hofmeyr, an enclave of white poverty just three miles from the skyscrapers of Johannesburg's downtown. "De Klerk listens too much to the [blacks]," fumes unemployed meat plant supervisor François Viviers, who apparently has not grasped what most of those in the office towers have come to accept: if South Africa does not accommodate its black majority, it may never again attract the foreign capital it desperately needs for everyone, black and white.

JOSEPH CONTRERAS in Johannesburg